

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

YASMIN OLIVEIRA COSTA

CARTOGRAFIAS MENSURUAIS: pensar a menstruação como um diálogo de saberes e manifestações de modos de viver na escola no município de São Sepé/RS



Pelotas

2023

YASMIN OLIVEIRA COSTA

CARTOGRAFIAS MENSTRUAIS: pensar a menstruação como um diálogo de saberes e manifestações de modos de viver na escola no município de São Sepé/RS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (PPG PSDH/UCPel). Na linha de Pesquisa: Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas, como requisito para obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cristine Jaques Ribeiro

Pelotas

2023

Costa, Yasmin Oliveira

Cartografias Menstruais: pensar a menstruação como um diálogo de saberes e manifestações de modos de viver na escola no município de São Sepé/RS/ Yasmin Oliveira Costa. – Pelotas, 2023.

101f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pelotas. Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas. Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos.

Título em inglês: Menstrual Cartographies: think of menstruation as a dialogue of knowledge and manifestations of ways of life at school in the municipality of São Sepé/RS.

1. Precariedade Menstrual. 2. Cartografia. 3. Direitos Humanos. 4. Política Social. 5. Educação.

**CARTOGRAFIAS MENSTRUAIS: pensar a menstruação como um diálogo de saberes
e manifestações de modos de viver na escola no município de São Sepé/RS**

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Cristine Jaques Ribeiro – Orientadora (UCPel)

Prof^a Dr^a Gabriela de Moraes Kyrillos (FURG)

Prof Dr Tiago de Garcia Nunes (UCPel)

Dedico a presente pesquisa, com amor, aos meus pais, Rosane e Gilberto. E, também, às meninas, crianças, mulheres e demais corpos que menstruam.

AGRADECIMENTOS

“Companheira, me ajude, que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor...”

Início agradecendo ao sonho que me trouxe aqui. Não (somente) ao sonho de vida, mas ao sonho noturno que me veio como um aviso naquela noite anterior à data de fechamento das inscrições do PPG, e disse: “te inscreve no processo seletivo”. E assim o fiz, e assim fui aprovada em primeiro lugar com bolsa no Mestrado em Política Social e Direitos Humanos da UCPel, estabelecimento pela qual sou muito grata por ter tido a oportunidade de estudar. Hoje, entendo mais do que nunca o que significava sair “daquele esconderijo” que sonhei e ver emergir a frente uma porta que se abre, onde tudo é verde e vivo, não mais escuro, não mais solitário...

Agradeço à minha “*abuelita*”, minha doce e sagrada sangria. Que me acompanha todos os meses desde os 11 anos. Experimentar a menstruação no meu corpo tal como ela é, sem hormônios, sem reguladores, sem medicamentos foi um dos maiores desafios que escolhi me pôr a enfrentar. Experimentar a menstruação é experimentar um corpo que é nu, que está o tempo todo em devir, que é vestido e despido na mesma velocidade; e que se coloca em contato com tudo, ao mesmo tempo em que sabe quando se ausentar e fazer falta. Um corpo que aprende e produz saberes, saberes construídos por muitos, vivenciados de formas diversas e por diferentes vozes.

Gostaria de salientar que não escrevo por *amor*, ainda que todas as linhas dessa escrita fale sobre ele. Escrevo a partir do *ódio*, da *revolta*, da *precariedade* e da *violência* na qual sistematicamente, e especificamente, quem menstrua têm sofrido durante toda a história. Escrevo, acima de tudo, porque até então quem têm escrito sobre isso são os mesmos que produzem discursos adoecidos sobre a nossa sangria, são os mesmos que dizem que é nojento menstruar e que seria melhor suprimi-lá, regulá-la, extingui-la. Escrevo do lugar que vivo, experiencio e escuto; escrevo a partir do cheiro, da saliva, do toque; escrevo a partir do lençol manchado de sangue, da cólica que não me deixa sair da cama e do sangue que às vezes jorra sem aviso e eu não tenho para quem pedir ajuda, e, então, eu apenas sangro.

Quero agradecer imensamente aos meus pais, não só por me apoiarem, mas por acreditarem em mim e nas minhas escolhas. Por serem meu lar, meu ninho e meu apoio. Por serem o colo para onde eu posso voltar sempre que quebrar a cara. Por sempre respeitarem os

meus caminhos, apesar de muitas vezes não concordarem em eu segui-los. Agradeço ao meu pai, que apesar de ter sido criado em uma educação machista, conseguiu ver em mim grandes potencialidades e nunca me quis como uma mulher que serve a algo, mas como alguém com desejos e sonhos a serem conquistados e realizados. Então, com muito amor ao meu pai, que me buscava de madrugada na parada da faculdade durante a graduação e que nunca mediu esforços para me ver crescer e brilhar. À minha mãe, minha influência, meu espelho, meu primeiro amor. Dedico toda essa escrita, dedico toda a poesia composta nessas linhas.

Não posso deixar de agradecer também à Cidade de Pelotas, que apesar de fria e úmida, me acolheu e tornou a minha passagem por aqui mais feliz, cheia de afetos e aprendizados. Sinto que cheguei uma menina e estou saindo uma mulher, ainda que isso seja puro devir, e não um lugar a ser fixado. Agradeço muito ao destino por ter colocado pessoas incríveis no meu caminho. Agradeço à Casa Rhaízes e ao Luan, ao Rafael, ao Luís Felipe, ao Tiago, ao Fuca, e a todos e todas demais que durante um ano construíram e dividiram esse lar comigo.

Quero agradecer imensamente às minhas amigas Tati, Marina, Bruna, Annanda, Raquel e Nayanne, por não só reforçarem o quanto é de uma grande riqueza ter amigas mulheres, mas o quanto podemos aprender juntas e ajudar umas às outras. Nada disso seria possível se vocês não estivessem comigo, não tenho palavras para agradecer e para dizer o quanto eu as admiro nas suas singularidades e por serem mulheres incrivelmente inteligentes, dedicadas e independentes. Estendo esse carinho e admiração às minhas amigas de adolescência, Débora e Marciane, que apesar da distância física nunca deixaram de estar comigo, aqui no meu coração. E ao meu amigo, querido e amado, Pedro.

Agradeço muito a esse encontro que foi ter sido orientada pela amada, querida e tão humana professora Cristine Jaques Ribeiro. Uma docente à frente do seu tempo, que resiste à toda a dureza que a academia impõe e consegue construir seu trabalho na sala de aula (e fora dela) de forma acolhedora e afetiva sem se deixar esmorecer. E também, estendo os agradecimentos à minha banca, composta por pessoas/profissionais admiráveis, professor Tiago Nunes e professora Gabriela Kyrillos, agradeço pela disponibilidade e por participarem de um momento tão importante na minha vida acadêmica.

Agradeço à minha terrinha São Sepé, à escola, às professoras e alunas, agentes desta pesquisa, que não “participaram” dela, compuseram ela. O meu muito obrigada, de todo o coração, sigamos menstru(ando) no mundo.

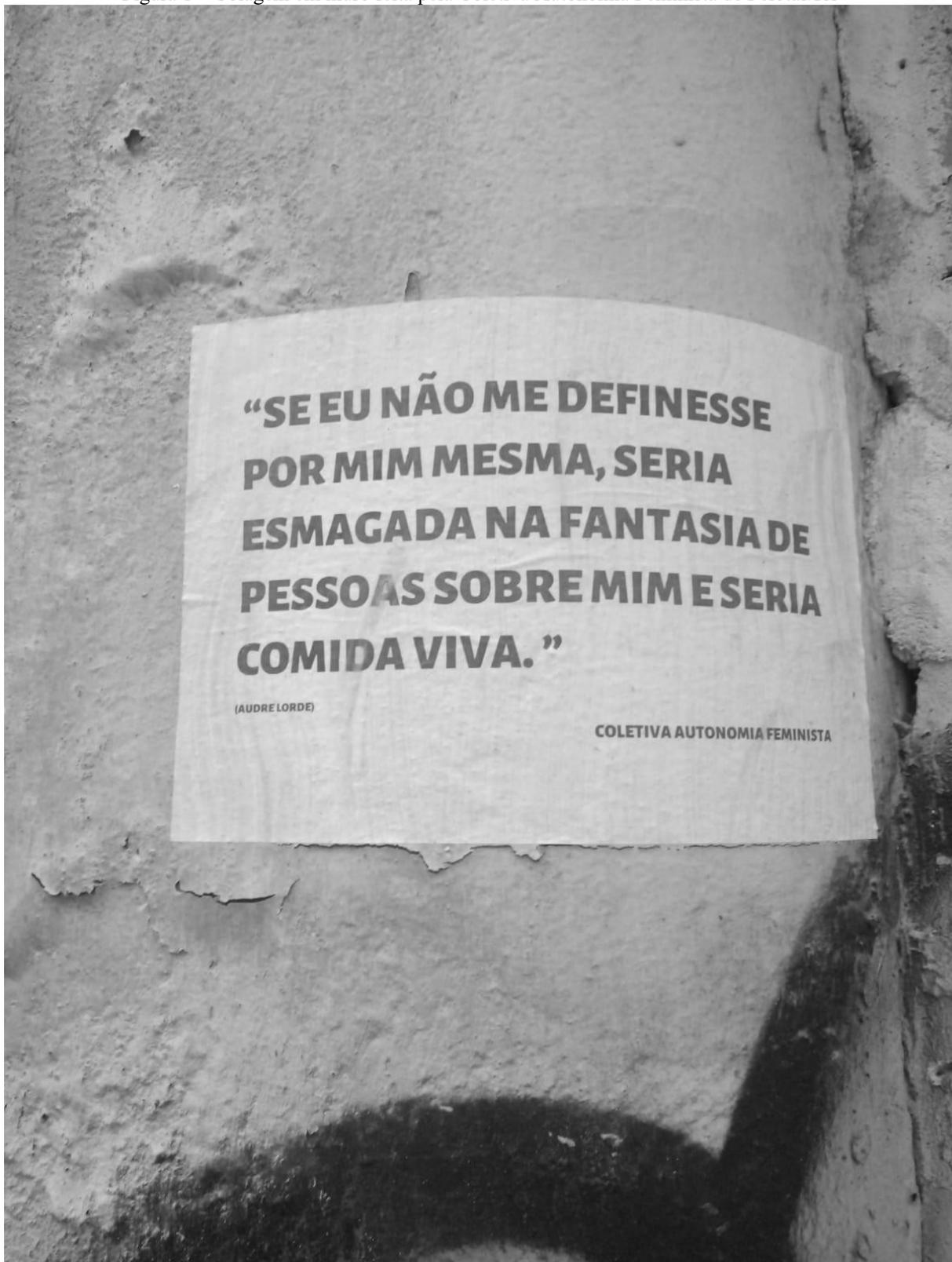
Agradeço aos meus colegas e grupos de pesquisa GEP - Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório de Conflitos da Cidade (UCPel); à professora Aline Accorssi e ao

Mariposas - Minorias Sociais e Ação Política (UFPel); à professora Camila Giugliani e ao Grupo de Pesquisa em Temas sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos (UFRGS/UNISUL). E também agradeço à professora Mariana Pfitscher, à ULBRA, ao Núcleo de Estudos em Gênero (NEG) e ao Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Psicologia Clínica e Social (VIDAS UFSM) por terem me apresentado aos estudos de gênero e ativismos menstruais, e por terem sido a ponte que me permitiu experimentar o lugar de pesquisadora.

Agradeço à Universidade Federal de Pelotas e aos docentes e discentes do Curso de Especialização em Educação por proporcionarem espaços onde pude viver muitos ensinamentos e descobertas. Ao Restaurante Universitário pelo alimento, em tempos onde os direitos básicos são vendidos, e a comida, que muitas vezes não é nem alimento de verdade, é muito cara.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos disponibilizada. Sou muito grata pela oportunidade de dedicar-me integralmente ao curso, de forma que tenha podido aproveitar ao máximo as oportunidades de aprendizado que me foram oferecidas.

Figura 1 – Colagem em muro feita pela Coletiva Autonomia Feminista de Pelotas/RS



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

Creo que abrazar mi menstruación fue una invitación a abrazarme tal cual soy y rotundamente soltar la creencia que éste sistema me enseñó: que en mí, por nacer con matriz, ya había algo malo, sucio, molesto, que debía ocultar.

Y que sólo era importante si deseaba ser madre después. Por eso minimicé mi salud y tomé anticonceptivos por varios años.

Hoy sé que la menstruación es poderosa en sí misma. Que es antripatriarcal por excelencia, genuinamente.

Que en un sistema antivida, de muerte como éste jamás son nuestros cuerpos los que están mal.

Mi sangre me enseña sobre la dignidad de vivir. Sobre el silencio, el enojo, andar oscura, decir verdades, descansar, decir basta.

Y fue la llave para reconocer el increíble poder de la Regeneración. Algo que la Naturaleza cuenta, y que es información disponible para cualquier ser que desee escuchar.

Puedo ser lo que deseo ser, no lo que me dijeron, lo que me dije o lo que creí que era.

Mi existencia como expresión máxima de mi creatividad.

(Maja Correa Pousa)

RESUMO

A precariedade menstrual no Brasil não só é uma denúncia social que trata da condição do acesso à dignidade, direitos, saúde, educação e trabalho, como revela uma cartografia societária que tem como prioridade o acúmulo de riquezas alicerçado na desigualdade social e na exploração de trabalhadoras. Estudos recentes documentaram o impacto da precariedade menstrual na educação de meninas, trazendo dados que constam da prevalência de absenteísmo escolar durante a menstruação. Baseado nisso, o objetivo geral da pesquisa foi analisar se o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos “Entre Nós” em São Sepé/RS contribuiu para a permanência das estudantes nas aulas durante o período menstrual. Como metodologia, optou-se pela cartografia, que engendra processos dialógicos, envolvendo diferentes agentes na negociação de sentidos e ações que apreendem a complexidade do cotidiano desenvolvendo a possibilidade de que a mesma contribua para a criação de dispositivos de intervenção singulares, potencializando uma ética dos encontros. Para a apresentação dos dados, esta dissertação está estruturada em três capítulos: 1) menstruar é político: o direito humano à saúde menstrual; 2) gênero, raça e classe: um olhar feminista decolonial acerca da menstruação e 3) educação e políticas públicas. Conclui-se que o investimento em políticas públicas através de programas sociais como o de fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas “Entre Nós” em São Sepé, contribui para a permanência das estudantes menstruadas nas aulas garantindo seu direito humano à educação. Devido às lacunas que ainda permeiam essa discussão, que é recente, recomenda-se que se realizem mais pesquisas sobre políticas sociais e iniciativas de enfrentamento à precariedade menstrual nas escolas brasileiras.

Palavras-Chave: Precariedade Menstrual; Cartografia; Direitos Humanos; Política Social; Educação.

ABSTRACT

Menstrual precariousness in Brazil is not only a social indictment that deals with the condition of access to dignity, rights, health, education and work, but also reveals a societal cartography that prioritizes the accumulation of wealth based on social inequality and the exploitation of female workers. Recent studies have documented the impact of menstrual precariousness on girls' education, with data showing the prevalence of school absenteeism during menstruation. Based on this, the general objective of the research was to analyze whether the "Entre Nós" sanitary napkin supply program in São Sepé/RS contributed to students staying in class during their menstrual period. As a methodology, we opted for cartography, which engenders dialogic processes, involving different agents in the negotiation of meanings and actions that grasp the complexity of everyday life, developing the possibility that cartography contributes to the creation of unique intervention devices, enhancing an ethics of encounters. In order to present the data, this dissertation is structured into three chapters: 1) menstruation is political: the human right to menstrual health; 2) gender, race and class: a decolonial feminist view of menstruation and 3) education and public policies. It is understood that investment in public policies through social programs such as the provision of sanitary napkins in the "Entre Nós" schools in São Sepé, contributes to menstruating students staying in class, guaranteeing their human right to education. Given the gaps that still permeate this recent discussion, it is recommended that more research be carried out on social policies and initiatives to tackle menstrual precariousness in Brazilian schools.

Keywords: Menstrual Precariousness; Cartography; Human Rights; Social Policies; Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FGV	Fundação Getulio Vargas
GHM	Gestão da Higiene Menstrual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MHM	Menstrual Hygiene Management
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização Mundial das Nações Unidas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PM	Precariedade e/ou Pobreza Menstrual
PL	Projeto de Lei
PP	Partido Progressista
PPGPSDH	Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos
PPP	Projeto Político Pedagógico
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SS	São Sepé
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNFPA	United Nations Population Fund
UNICEF	United Nations Children's Fund
WASH	Water, Sanitation and Hygiene

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	
2 INTRODUÇÃO.....	
3 CARTOGRAFANDO O MÉTODO.....	
3.1 Construindo saberes — o percurso de uma escrita cartográfica.....	
3.2 Experimentando saberes — aspectos metodológicos da pesquisa.....	
3.3 Dialogando saberes — a experiência sobre menstruação na escola.....	
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	
4.1 Estado da arte.....	
5 MENSTRUAR É POLÍTICO: O DIREITO HUMANO À SAÚDE MENSTRUAL.....	
5.1 Cartografar é acompanhar processos — saúde menstrual um direito humano.....	
5.2 Políticas e iniciativas que abordam a precariedade menstrual no Brasil.....	
6 GÊNERO, RAÇA E CLASSE: UM OLHAR FEMINISTA DECOLONIAL ACERCA DA MENSTRUÇÃO.....	
6.1 Perspectivas decoloniais feministas — resistindo à colonização dos corpos.....	
6.2 As políticas de enfrentamento à precariedade menstrual no Brasil precisam ser antirracistas?.....	
7 PRECARIIDADE MENSTRUAL, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	
7.1 Menstruar nas escolas brasileiras.....	
7.2 Conhecendo o programa de fornecimento de absorventes higiênicos “Entre Nós” em São Sepé/RS.....	
7.3 Menstruar é revolucionário — nota sobre educação menstrual.....	
8 CONSIDERAÇÕES CONTÍNUAS.....	
REFERÊNCIAS.....	
APÊNDICES.....	
APÊNDICE A – QUADRO 1: ROTEIRO DE TRABALHO DO GRUPO FOCAL.....	
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL SEMIESTRUTURADA PARA ALUNAS.....	
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL SEMIESTRUTURADA PARA PROFESSORAS.....	
ANEXOS.....	
ANEXO A – LEI MUNICIPAL Nº 4.002.....	
ANEXO B – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	

1 APRESENTAÇÃO

Uma voz é recorrente em mim: Quem sou eu, uma pobre chicanita do fim do mundo, para pensar que poderia escrever?

(ANZALDÚA, 2000, p. 7).

Passei meses gestando essa dissertação. Brincando de-vir-a-ser-cartógrafa. E, se, “o devir é o processo do desejo” (DELEUZE; GUATTARI, 1988, p. 67), devir-cartógrafa é experimentar um modo de fazer escrita que não procura interpretar. Que é nômade, porque vive constantemente mudando de lugar, e, quando volta, já é outra. O devir é uma ponte que precisamos atravessar, e quem escreve, dá passagem. É um elemento de variação que não se encaixa, que escapa, que se descola. “Devir não é imitar, nem identificar-se; nem produzir, produzir uma filiação, produzir por filiação. Ele não se reduz, ele não nos conduz a parecer, nem ser, nem equivaler, nem produzir” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 19).

A atitude de quem faz a cartografia a partir dessa perspectiva é, então, “mais adequadamente formulada, como um “vamos ver o que está acontecendo”, pois o que está em jogo é acompanhar um processo, e não representar um objeto” (KASTRUP, 2007, p. 45). Uma vez que, não se trata nunca de propor um modelo alternativo. Mas sim de, ao contrário, “tentar articular os processos alternativos quando eles já existem” (ROLNIK; GUATTARI, 2006, p. 94). A subjetividade da cartógrafa é afetada pelos processos do mundo, por isso sempre que quem cartógrafa entra em campo há processos em curso.

O modo de fazer pesquisa em cartografia requer a habitação de um território, que, em princípio, ele não habita, já “que o estranhamento não está dado, é algo que se atinge, é um processo do trabalho de campo” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 57). O estranhamento em relação ao tema de pesquisa perpassou numerosos processos até chegar nessa forma, e certamente, mudará muito, e muitas vezes.

Para dar início a escrita dessa dissertação, a esse mal-estar, a esse(s) estranhamento(s) que surgem em diversos devires e que movem todo esse trabalho, começo contando uma história.

Era uma vez...em meados de 2019, quando viajei até o Instituto Arca Verde, localizado em São Francisco de Paula, cidade do interior da serra gaúcha, para realizar uma vivência em bioconstrução e permacultura. Na volta para casa, encontrei na estrada uma viajante que estava indo para o mesmo destino no qual eu estava anteriormente. Ela pediu informações sobre como chegar e acabamos trocando uma ideia rápida. No meio da conversa perguntei seu nome, ao que ela me respondeu:

-“Me chama como quiser!” e gargalhou.

Naquele momento, senti uma estranheza tão grande. Acabei percebendo que, durante muito tempo, fiz um esforço enorme para me fazer caber em certas nomeações. Para tentar escolher como ser ou não nomeada, como ser ou não chamada, como ser ou não ser vista. De diferentes formas, de diversas maneiras, que, no fundo, nunca dariam conta de me acompanhar nos meus processos e devires.

É a partir desse lugar, de quem se pode deixar nomear sem que isso defina, que essa dissertação começa, buscando deixar espaço para que a experiência do devir-menstruar se mostre por ela mesma. Não prescrevendo um modo de menstruar, mas acreditando, que, cada um no seu devir-menstruante dialoga com os saberes que o cercam e constituem, tornando a menstruação uma experiência única para cada uma e para cada corpo que a vive.

O meu diálogo-de-saberes com o tema da precariedade menstrual, em específico, se deu depois de assistir o documentário “Absorvendo o Tabu” (ABSORVENDO, 2018), onde comecei a refletir e estudar sobre a problemática, que até então era desconhecido para mim e pouco explorado na literatura e na mídia. O documentário, vencedor da categoria de “Melhor Documentário de Curta-metragem” da edição de 2019 do Oscar, situado em uma comunidade próxima à Nova Delhi, capital da Índia, revela a história de uma população em que a maioria dos homens sequer sabe do que se trata o direito à dignidade menstrual e em que as mulheres sofrem preconceitos por conta do período, chegando a perder o emprego e largar os estudos.

Figura 2 — Primeiro absorvente de pano costurado à mão por mim inspirado no curta-metragem “Absorvendo o Tabu”, em Florianópolis/SC, em janeiro de 2021.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2021.

A partir de então, em 2020, durante o período em que participei da iniciação científica do VIDAS (Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Psicologia Clínica Social da UFSM), iniciei as pesquisas acadêmicas acerca da medicalização da menstruação, por meio da reflexão através da pílula contraceptiva. Assim, pode-se perceber como a produção do conhecimento médico científico sobre os corpos menstruantes é permeada por interesses políticos, econômicos e sociais e é marcada por uma relação de poder desigual, em que a medicina e a indústria farmacêutica detêm o discurso oficial das condutas e comportamentos adequados aos corpos que menstruam, influenciando as narrativas e práticas dos mesmos.

Em agosto de 2021, o trabalho com a menstruação ganha um novo contorno e se materializa através de uma experiência prática. Foram realizadas no Centro Social e Cultural Vicente Pallotti na cidade de Santa Maria (Rio Grande do Sul), a convite da assistente social que lá atuava, duas rodas de conversas sobre educação menstrual com meninas na faixa etária dos 09 aos 14 anos de idade em situação de vulnerabilidade social que frequentam a instituição. O objetivo foi promover processos educativos, lúdicos e informativos acerca do ciclo menstrual.

Figura 3 — Intervenção em educação menstrual com estudantes da Sociedade Vicente Pallotti, em Santa Maria/RS.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2021.

Com a perspectiva respaldada nesta experiência, foi-se, então, formulada a vontade de um novo trabalho, no qual buscou atribuir novos contornos no desdobramento das questões de menstruação na escola, a qual é uma das instituições que funda importantes pactos civilizatórios. Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-

Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (PPG-PSDH/UCPel) vinculada à linha de pesquisa: “Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas”. A delimitação do tema de pesquisa é resultado das diversas reuniões, debates e trocas de conhecimento teórico/prático com a orientadora e o grupo de estudos e pesquisa GEP – Questão Agrária, Urbana e Ambiental/Observatório de Conflitos da Cidade¹.

A ideia é poder apresentar e expandir a discussão sobre o tema dentro do PPG, procurando ir de encontro aos estudos da linha da pesquisa em que o trabalho está inserido, expondo a precariedade menstrual como uma das expressões da questão social na atualidade. Girando em torno da lógica produtiva do capital, gerando escassez de recursos básicos e alta tributação de absorventes, atingindo de maneira violenta os direitos humanos de grupos sociais compostos por meninas e mulheres negras, pobres e mães solas/chefes de família.

A escolha pelo território de São Sepé se dá por ser minha cidade natal. O referido município tem aproximadamente 23 mil habitantes e sua atividade econômica principal é a agricultura. Politicamente, pode-se observar um cenário bastante conservador, apesar da predominância da agricultura familiar e da pequena concentração de terras. Até a eleição municipal de 2020, quando foi eleito um prefeito do Partido Democrático Trabalhista (PDT), há 16 anos o município era governado pelo Partido Progressista (PP), que possui um número significativo de militantes, tanto na zona rural como na cidade.

Apesar da pouca população, a cidade possui altos índices de violência contra a mulher registrados e poucos investimentos em políticas públicas e espaços de participação social e desenvolvimento de meninas e mulheres. Atualmente, tem como representante uma única vereadora, sendo a Câmara Municipal presidida em maioria por homens heterossexuais e brancos, contando apenas com um representante negro na bancada.

A escolha territorial, portanto, além de, obviamente, afetiva, é também política. Afetiva porque um território é a transformação de um conjunto material em expressão: quer dizer que o território em específico diz algo sobre quem pesquisa. Deleuze e Guattari (1997) trazem em *Mil Platôs* vol. 4 o exemplo de uma espécie de pássaros chamada *Scenopoeetes*, que dispõe das folhas caídas das árvores para marcar o lugar de seus ninhos. Antes de determinada organização, as folhas não diziam nada de particular, mas a partir da nova disposição, transformam-se em um traço territorial.

Assim, um território é um abrigo, mas é também o que permite a saída e o retorno. Dessa forma, todos os caminhos percorridos até aqui só se tornaram possíveis porque iniciaram a partir do território sepeense, o qual foi durante muito tempo ninho, lembranças de

1 <https://occ.ucpel.edu.br/>.

infância e referência de relação com o mundo e comunidade. Mas, que também foi motivo de insatisfação e frustração, levando a saída para conhecer coisas novas, porque o que conhecia já não bastava mais. E em algum momento esse território se tornou pequeno demais.

A parte política se dá então através de um movimento de retorno ao ninho, ao abrigo, ao que um dia foi casa. Na tentativa de reterritorialização e de construir um novo território ao engendrar uma reapropriação como sujeita política e de direito, uma luta marcada pelo questionamento às segregações de classe, raça e gênero. A política, nesse sentido, perpassa pela tentativa de poder contribuir para uma outra educação menstrual em São Sepé, diferente da que cresci e fui educada. A mesma que influenciou a sair, e que também permitiu o retorno, para que, hoje, através dessa proposta de pesquisa, pudesse tentar contribuir com um novo olhar.

O olhar de uma pesquisadora-cidadã-mulher-feminista, que questiona e tem descoberto através de um longo processo de devir o(s) seu(s) lugar(es) de fala e de escuta. No qual, como uma ativista menstrual, acredita em um trabalho coletivo que passa por garantir direitos e oportunidades às meninas, mulheres e pessoas que menstruam ao oferecer mecanismos para que conheçam esses direitos e se apropriem deles, ocupando ativamente posições e espaços na sociedade.

Figura 4 — Manifestação realizada na Avenida Paulista, em São Paulo, no dia 28 de maio de 2023, Dia Internacional da Luta pela Dignidade Menstrual.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

2 INTRODUÇÃO

O crescimento e a profundidade da desigualdade, da pobreza, da vulnerabilidade e da exclusão social continuam sendo as principais características sociais tanto do Brasil quanto da América Latina. Essa tendência, segundo Chaves e Gehlen (2019), cresce com a ascensão de governos neoliberais e de extrema direita, os quais priorizam os interesses das elites, enquanto excluem e discriminam segmentos populacionais vitimados pelo descaso.

A falta de acesso à educação e às políticas públicas acerca da menstruação, aos produtos de cuidado menstrual, à infraestrutura de saneamento e suas consequências aos direitos humanos das estudantes que menstruam no Brasil são o tema central deste estudo. Menstruar em condições precárias é um tema de extrema complexidade, sobretudo por seu viés transdisciplinar que correlaciona saúde, direito, política, educação, entre outras áreas. Para se poder chegar à ideia de dignidade menstrual é preciso compreender que existem inúmeras problemáticas ligadas à questão.

Em maio de 2021, foi lançado o relatório “Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdade e Violações de Direitos”, desenvolvido pelo Fundo das Nações Unidas Para a Infância em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNICEF; UNFPA, 2021). Esse relatório apresentou uma série de dados acerca do que tem sido conhecido como precariedade e/ou pobreza menstrual (PM) e como ela afeta a vida de meninas em idade escolar que menstruam no território brasileiro. O documento traz que a PM se refere a:

Inúmeros desafios de acesso a direitos e insumos de saúde. E estes desafios representam, para meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam, acesso desigual a direitos e oportunidades, o que contribui para retroalimentar ciclos transgeracionais de inequidades de gênero, raça, classe social, além de impactar negativamente a trajetória educacional e profissional (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 4).

O termo “pobreza menstrual” surge pela primeira vez em 2013, e é utilizado para categorizar “as múltiplas privações relacionadas à menstruação em ambientes com poucos recursos” (CRICHTON *et al.*, 2013, p. 892) e seus impactos psicoemocionais incluem: “ansiedade, constrangimento, medo, vergonha e humor deprimido” (CRICHTON *et al.*, 2013, p. 904). As autoras chamam a atenção ainda para a “importância e urgência da produção de mais pesquisas sobre como a pobreza menstrual afeta os aspectos psicológicos e educacionais das meninas e pessoas que menstruam” (CRICHTON *et al.*, 2013, p. 914). Dessa forma, a

presente proposta de pesquisa justifica-se em virtude da enorme escassez de produções científicas sobre o tema e a necessidade de produzir conhecimento sobre os seus impactos. Nesta via, pode-se haver, inclusive, a possibilidade de produção científica inédita, visto que, até o momento, não há registro de pesquisas que tenham avaliado políticas sociais de enfrentamento à precariedade menstrual.

Alguns estudos documentaram o impacto da menstruação na educação de meninas. Um recente trouxe dados dizendo que a prevalência de absenteísmo escolar durante a menstruação era de 59% (MIRO *et al.*, 2018). Outra pesquisa aponta que houve relatos de associação de menstruação e absenteísmo escolar, com 10% das meninas dizendo que, em geral, não frequentavam a escola durante a menstruação e cerca de 20% relatando faltar pelo menos 1 dia de escola durante a menstruação (KUMBENI *et al.*, 2021).

Fundamentado nisso, pretende-se pesquisar sobre o Projeto *Entre Nós*, aprovado em julho de 2021, através do projeto de lei nº 4.002, que instituiu o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos “Entre Nós” nas escolas municipais de São Sepé, cidade localizada no interior do Rio Grande do Sul. Sendo de responsabilidade do Executivo, através da Secretaria da Saúde (SMS/SS) e da Secretaria Municipal de Educação (SMED/SS), busca garantir a dignidade menstrual das estudantes do município através da distribuição de absorventes higiênicos e ampliar o acesso à informação sobre a menstruação no ambiente escolar.

Como argumento, o vereador Matheus Leão (PDT), autor da PL, utilizou o levantamento online realizado pela Toluna, em parceria com a pesquisadora da UFRJ, Mirian Goldenberg, para a marca Always (P&G), que identificou que: uma em cada quatro meninas faltaram à escola por não ter acesso a absorventes, sendo que 45% delas acreditam que isso impactou negativamente no rendimento escolar.² Com o objetivo de garantir a dignidade menstrual das alunas, sua participação social e política, evitando que deixem de frequentar as aulas por falta de absorventes, através do Programa “Entre Nós” são distribuídos ao todo mensalmente, 350 pacotes de absorventes higiênicos nas sete escolas municipais de ensino fundamental de São Sepé.

A escola escolhida para compor a pesquisa tem cerca de 379 alunos, da pré-escola ao 9º ano, e cerca de 50 estudantes recebem os absorventes higiênicos nas escola. A escolha por esse estabelecimento se dá por se localizar na região próxima à moradia da pesquisadora, bem como, por ser uma instituição que engloba territórios em situação de vulnerabilidade sociais

² Uma em cada quatro jovens já faltou a aula por não poder comprar absorvente. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/05/02/uma-em-cada-quatro-jovens-ja-faltou-aula-por-nao-poder-comprar-absorvente-diz-antropologa.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2022.

próximos geograficamente, já que os dados dos relatórios (BAHIA, 2021; BRASIL, 2022; UNICEF; UNFPA, 2021) apontam que as mais atingidas pela PM são meninas negras em situação de vulnerabilidade social.

Nessa direção, o objetivo geral da pesquisa foi analisar se o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos “Entre Nós” na Escola Municipal de Ensino Fundamental P. M. J. V. em São Sepé contribuiu para a permanência das estudantes nas aulas durante o período menstrual.

Os objetivos específicos foram: a) identificar os principais desafios encontrados para a garantia da dignidade menstrual na escola; b) problematizar como as questões relacionadas a menstruação são tratadas no espaço escolar; e c) averiguar como as políticas públicas de combate à precariedade menstrual contribuem para a garantia dos direitos humanos na escola.

Para a apresentação dos dados, esta dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo aborda as políticas sociais e o surgimento do termo, sua definição, a luta pela menstruação como um direito e como a saúde menstrual impacta a educação e a rotina de milhares de meninas que menstruam. Sendo analisada como um fenômeno psicossocial, cuja produção se dá a partir das inúmeras intersecções e diferentes desigualdades socioespaciais – diretamente ligada às desigualdades sociais – como raça, classe, gênero, cultura, etc.

No segundo capítulo é apresentada uma visão decolonial, aprofundando diversidades raciais, territoriais, sociais, entre outras. Procurando demonstrar que a intensidade da experiência com que se vivencia a precariedade menstrual irá depender do cruzamento de diversos fatores. E que, no geral, todas as pessoas que menstruam vivenciam uma precariedade – como uma condição precária politicamente induzida. Contudo, quanto maior o grau de vulnerabilidade social, econômica e civil se está inserida, maior e mais precária será a experiência com a menstruação.

No último capítulo é realizada uma reflexão acerca da área da educação em específico. A falta de acesso a produtos de cuidado menstrual e saneamento básico afetam diretamente na educação de quem menstrua, podendo ter uma vez ao mês sua rotina escolar ameaçada. Mesmo a educação sendo um direito constitucional, esse direito sozinho não garante que estarão em sala de aula. Precisa-se compreender os fatores que levam alunas a se abster da aula que, em parte, dizem respeito a fatores externos à escola, envolvendo condições sociais, econômicas, políticas e culturais em que vivem.

Ademais, o recorte de gênero com o qual essa pesquisa foi produzida foram meninas

menstruantes cisgêneras³. Isso porque, algumas meninas e mulheres, mesmo se identificando como cisgêneras, não menstruam por causa de fatores médicos, associados a doenças, à quadros como estresse excessivo, menopausa, ou procedimentos como histerectomia. E, principalmente, porque podem ser meninas e/ou mulheres trans. Ao mesmo tempo em que, há pessoas que menstruam que não se identificam como meninas e mulheres. Tais pessoas podem ser homens trans, intersexuais ou podem se identificar como não-binários.

Por fim, como contribuição à escola, a pesquisa em sala de aula pode se tornar uma grande aliada no processo de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental. Junto às discussões diárias constitui-se num forte instrumento para desenvolver a reflexão e autonomia das alunas e atitude crítica das professoras e demais comunidade escolar acerca das suas práticas. Já que o que se deseja é que a pesquisa possa contribuir para essa importante discussão que é o tema da precariedade menstrual e sua relação com a educação. E, também, para que ajude a refletir sobre o rumo das políticas públicas e sociais – presentes e futuras – de proteção e promoção da saúde menstrual no Brasil.

³ Em estudos de gênero, a cisgeneridade é o processo em que a pessoa se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento. Por exemplo, alguém que se identifica como mulher e foi designada como mulher ao nascer pela sociedade é considerada uma mulher cisgênera.

3 CARTOGRAFANDO O MÉTODO

A pesquisa cartográfica pressupõe a habitação de um território, o que exige um processo de aprendizado de quem faz a cartografia. “Tal aprendizado não pode ser enquadrado numa técnica e em um conjunto de procedimentos a seguir, mas deve ser construído no próprio processo de pesquisa” (ALVAREZ; PASSOS, 2009, p. 135). A pesquisa como habitação dos territórios já existentes ilustra bem o que propõe o método cartográfico: experimentamos uma variedade de ritmos ao longo do processo de escrita, ora fluidos, ora densos; deparamo-nos com uma diversidade de vozes e estilos, modos de viver e existir; pistas não lineares, que não pretendem configurar um único caminho, mas que apresentam um emaranhado de diálogos e saberes que permitem a cada uma traçar o seu destino na pesquisa.

Escolhi como imagem-mapa para tentar dar conta da experiência dessa escrita uma *encruzilhada*. Aqui é usada para nos fazer lembrar que outros caminhos são possíveis, mas que todos eles se entrelaçam. E que cada pessoa, vida, existência é composta por inúmeras encruzilhadas, que vez ou outra se cruzam umas com as outras, como num encontro.

Figura 5 — Encruzilhada.



Fonte: Pinterest, autora desconhecida, 2023.

3.1 Construindo saberes — o percurso de uma escrita cartográfica

Essa pesquisa de cunho qualitativo foi redigida tendo como método de investigação a cartografia, que engendra processos dialógicos, envolvendo diferentes agentes na negociação de sentidos e ações que apreendem a complexidade do cotidiano desenvolvendo a possibilidade de que a cartografia contribua para a criação de dispositivos de intervenção singulares, potencializando uma ética dos encontros.

Busca-se, aqui, mostrar o processo de produzir uma pesquisa, não para ser aplicada, mas experimentada, pois, o agenciamento cartógrafo diz respeito a uma prática que faz da possibilidade de pensar, escrever e de compor uma pesquisa com os heterogêneos colhidos a partir dos mais diversos diálogos e saberes.

Por conta disso, a área de educação e espaços como a escola se mostraram territórios férteis de construção de conhecimento intersubjetivo “seja para amadurecer determinados temas, seja para estudar relações, seja subsidiar mudanças, seja para avaliar, seja para análises institucionais” (MINAYO, 2015, p. 19).

Desenvolvida por Deleuze e Guattari (1997), mostra-se mais como uma ética e uma política do que uma metodologia de pesquisa propriamente dita. A cartografia visa acompanhar um processo e não representar um objeto de pesquisa (BARROS; KASTRUP, 2009). Trata-se de investigar um processo de produção de saberes, “na cartografia não há uma coleta de dados, mas desde o início uma produção de dados” (KASTRUP, 2007, p. 33).

Tomar a cartografia como inspiração metodológica foi perceber, que este estudo produziu-se em rede, um modo de fazer pesquisa sendo o caminho metodológico a própria rede – rizomática, cartográfica, viva – compreendendo, principalmente, que “o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu *movimento permanente*” (BARROS; KASTRUP, 2009, p. 57). Dessa forma, apresento a seguir um mapa, evidenciando, indicando, e, até mesmo, antecipando, alguns movimentos.

O mapa deve ser visto como movimento, pois evidencia a abrangência do estudo e envolvimento com as linhas de fuga possíveis (WERNER, 2022). O método cartográfico ajuda a visualizar os múltiplos terrenos e pontos de encontro e desencontro. É acompanhar um processo a partir de sua multiplicidade e subjetividade. Nisso, ao invés de reduzir os fenômenos a modelos e métodos já prontos, a cartografia envolve:

O traçar de um mapa, um mapa movediço, o qual se propõe a acompanhar os fenômenos em seu processo de transformação. Se tomamos a liberdade de chamar a cartografia de método, é o próprio sentido de método que é deslocado nessa apropriação. Trata-se de um método processual que se faz no caminhar da pesquisa, um método aberto do qual só temos pistas (ROSÁRIO, 2013, p. 16).

O termo “cartografia” utiliza especificidades da geografia para criar relações de diferença entre "territórios" e dar conta de um "espaço".

"Cartografia" é um termo que faz referência à ideia de "mapa", contrapondo à topologia quantitativa, que caracteriza o terreno de forma estática e extensa, uma outra de cunho dinâmico, que procura capturar intensidades, ou seja, disponível ao registro do acompanhamento das transformações decorridas no terreno percorrido e à implicação do sujeito percebedor no mundo cartografado (FONSECA; KIRST, 2004, p. 92).

A cartografia tradicional encontra-se ligada ao campo de conhecimento da geografia e busca ser um conhecimento preciso, fundado em bases matemáticas, estatísticas, contando com instrumentos e técnicas sofisticadas.

Sua especialidade é traçar mapas referentes a territórios, regiões e suas fronteiras, demarcações, sua topografia, acidentes geográficos, como pode ainda tratar da distribuição de uma população em um espaço, mostrando suas características étnicas, sociais, econômicas, de saúde, educação, alimentação, entre outras (PRADO; TETI, 2013, p. 47).

A cartografia aqui descrita liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, trata de:

Movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade. Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência (PRADO; TETI, 2013, p. 47).

Logo, essa cartografia “procura assegurar o rigor do método sem abrir mão da imprevisibilidade do processo de produção do conhecimento. Um novo território se forma, o campo de configuração se reconfigura” (KASTRUP, 2007, p. 43). Entendendo que cada cartografia é única, tendo um mapa como resultado que difere para cada pesquisador/a. O caminho da pesquisa cartográfica é constituído de passos que se sucedem sem se separar. Nos aproximamos do campo como estrangeiros visitantes de um território que não habitamos.

O território vai sendo explorado pelos olhares, escutas, pela sensibilidade aos odores, gostos e ritmos (PASSO; BARROS, 2009, p. 61). De maneira que, a cartógrafa se define por um tipo de sensibilidade: “entender para a cartógrafa, não tem nada a ver com explicar, muito menos com revelar. Para ela não há nada em cima, nem embaixo. O que há em cima, embaixo, por todos os lados são intensidades buscando expressão” (ROLNIK, 2006, p. 66). Portanto, cartografar é:

Não defender, num discurso pretensamente inócuo, uma proposta de distanciamento entre sujeito e objeto, mas ousar afirmar que a pesquisa cartográfica requer implicação de todos os agentes envolvidos. E o único distanciamento possível é não reproduzir preconceitos acerca do cotidiano dos agentes da pesquisa, ou seja, o distanciar-se é distanciar-se dos padrões impostos na história, produzindo novos conceitos a partir do encontro com os diferentes mundos (RIBEIRO, 2008, p. 57).

Da mesma maneira, o texto que traz e faz circular os resultados da pesquisa é igualmente processual e coletivo, resultado dos muitos encontros. A cartógrafa, imersa no plano das intensidades, lançada ao aprendizado dos afetos, se abre ao movimento de um território.

No contato, varia, discerne variáveis de um processo de produção. Assim, detecta no trabalho de campo, no estudo e na escrita, variáveis em conexão, vidas que emergem e criam uma prática coletiva. Afetos próprios de um território, de um projeto, de um modo de fazer (PASSOS; BARROS, 2009, p. 73).

As aberturas de um trabalho de pesquisa abrem linhas de continuidade, que podem ser seguidas pela própria pesquisadora, ou por outros que sejam afetados pelos problemas que ela levanta (PASSOS; BARROS, 2009, p. 72). Pois, é através dos textos que um novo problema ou uma nova abordagem dos problemas pode se propagar e produzir efeitos de intervenção num campo de pesquisa.

3.2 Experimentando saberes — aspectos metodológicos da pesquisa

Por conta das inúmeras encruzilhadas formadas pelas inquietações no acompanhamento desse processo, foi utilizado como recurso o diário de campo. Esta forma de anotação escrita é pensada a partir da noção do dispositivo, cujo movimento de escrever, ler e pensar possibilita acompanhar e acolher novos encontros tecidos na experiência. Além disso, “o diário de campo também permite a processualidade cartográfica, é o dispositivo para a

invenção, cujo processo de criação e o trabalho do pesquisador, do cartógrafo, se dá no desembaraçamento das linhas que o compõem” (KASTRUP; BARROS, 2009, p. 79).

Já que no método cartográfico, temos que a “análise dos dados” não obedece a um curso tal qual o sentido tradicional, de sua coleta e posterior análise (PASSOS; BARROS, 2010). O “dado” cartográfico é construído na interação com o fenômeno, que desde o primeiro contato já permite produção de realidade. Não há dados anteriores ao encontro do pesquisador com o fenômeno, o cultivo dos dados se dá pela interação entre os dois. Por isso, “a construção da realidade sobre determinado fenômeno ocorre já no início da pesquisa, não obedecendo cronograma programado para um fim determinado” (CORREA, 2018, p. 40).

Como estratégia metodológica, a cartografia surge justamente da necessidade de métodos que não apresentem somente os resultados finais da pesquisa desconsiderando os processos pelos quais a mesma passou até chegar à sua instância final, mas que “acompanhem seu percurso construtivo sempre em movimento e o percebam como algo incompleto, transitório e que multiplica as possibilidades ao invés de restringi-las” (DE OLIVEIRA; MOSSI, 2014, p. 191).

Isso estabelece uma característica peculiar na construção e cultivo de todo o processo cartográfico. Apesar de a pesquisadora estabelecer seu contato com o fenômeno em processo sem qualquer pretensão de coleta, o que guiará sua atenção será seu aporte teórico. Ela está implicada na pesquisa desde sempre e sua subjetividade será também agente no processo de construção da realidade de tal fenômeno. “Aqui não há neutralidade analítica, o cultivo dos dados se dá mediante a problematização e o reposicionamento dos lugares ocupados pelos participantes na pesquisa” (CORREA, 2018, p. 42). Por esse motivo, a pesquisa foi realizada em duas etapas.

Na primeira etapa foi realizada uma pesquisa exploratória bibliográfica e documental compilando as/os principais autoras/es, produções científicas e documentos que abordam a precariedade menstrual na sociedade e temas relacionados em bancos de dados de pesquisa como o Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, MEDLINE, LILACS, WHOLIS (OMS) e SciELO, utilizando descritores como: menstruação OR saúde menstrual OR pobreza menstrual OR higiene menstrual OR dignidade menstrual AND Brasil AND políticas sociais AND educação. Buscando compilar as/os autoras/es e produções científicas que abordem as políticas públicas e sociais, a precariedade menstrual, a educação e/ou temas relacionados.

As buscas foram realizadas sem limitação de data e país do estudo. Foram incluídos no estudo artigos originais, de revisão e literatura nos idiomas inglês, espanhol e português. A seleção dos artigos, documentos oficiais nacionais e internacionais abrangeu o período de

2000 a 2023, excluindo os que se encontraram em duplicidade. Na busca foram encontrados 30 artigos que correspondiam aos critérios, sendo 2 em português, 17 em inglês e 3 em espanhol.

Já a análise documental persistiu em refletir acerca do Projeto de Lei Municipal nº 4.002 (Anexo A), destinado a garantir a universalização do acesso às estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica aos absorventes higiênicos durante o ciclo menstrual. Para fomentar a discussão foi utilizado o relatório “*Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos*” (UNICEF; UNFPA, 2021) feito em parceria com a UNFPA, que contém dados significativos sobre o cenário da PM no país. Irá compor também o estudo brasileiro “*Livre para Menstruar: pobreza menstrual e a educação de meninas*” (BAHIA, 2021), iniciativa do movimento por equidade de gênero Girl Up com Herself Educacional, que traz evidências de que a pobreza menstrual prejudica a frequência escolar de meninas a partir da menarca.

A segunda etapa da pesquisa pretendeu apresentar a experiência do trabalho de campo no território escolar, como uma possibilidade de se conseguir não só uma aproximação com o que se deseja saber, mas também de “criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo” (MINAYO, 2001, p. 52).

Como dispositivos de produção de dados, utilizou-se entrevistas individuais semiestruturadas e grupo focal. A entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal e no sentido estrito de construção de conhecimento sobre determinado objeto, é a técnica mais utilizada no processo de trabalho qualitativo empírico. E constitui-se como:

Uma conversa a dois ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa de um entrevistador e destinada a construir informações pertinentes sobre determinado tema. A entrevista pode prover informações de duas naturezas: sobre fatos cujos dados o investigador poderia conseguir por meio de outras fontes, geralmente de cunho quantitativo; e sobre o que se refere diretamente ao indivíduo em relação à realidade que vivencia e sobre sua própria situação. Costuma-se denominar tais informações como “subjetivas”, pois constituem uma representação da realidade a partir de modos de pensar, sentir, agir e projetar o futuro (MINAYO, 2015, p. 12).

Já as técnicas de entrevista em grupo mais comuns incluem a modalidade focal. O grupo focal se constitui num tipo de entrevista com um pequeno número de pessoas (de seis a doze) (GASKELL, 2002). O termo focal assinala que se trata de um encontro para aprofundamento em algum tema (o foco), para o qual a lente da pesquisadora está apontada.

A ideia é explorar e mapear consensos e dissensos sobre o tema em questão. A técnica deve ser aplicada mediante um roteiro que vai do geral ao específico, em

ambiente não diretivo, sob a coordenação de um moderador que seja capaz de conseguir a participação e o ponto de vista de todos, explorando o que há de original nos entendimentos e nas controvérsias, aprofundando-os. Como a técnica se fundamenta na capacidade humana de formar opiniões e atitudes em interação, o uso dos grupos focais contrasta com a aplicação de questionários e entrevistas que se concentram nas opiniões ou narrativas individuais (MINAYO, 2015, p. 14).

Utilizar esses dispositivos que fazem uso da palavra tornou o trabalho interacional (ou seja, de relação entre pesquisador e pesquisados) um instrumento privilegiado de troca de informações. Acreditando na possibilidade que a fala tem de ser reveladora de modos de vida.

Os critérios de inclusão exigiram que fossem meninas contempladas pelo programa de distribuição de absorventes, estivessem em situação de vulnerabilidade social, se incluíssem na faixa etária dos 12 aos 14 anos e que quisessem participar da pesquisa. Excluindo-se gestantes e meninas que não experimentaram a menarca.

Para esse propósito, foram colados no mural da escola cartazes convidando para o encontro contendo demais informações acerca da pesquisa e do tema. Os termos, bem como os roteiros de entrevista das alunas e de grupo focal, foram deixados com a direção da escola. Inclusive, para que, caso alguma mãe, pai ou responsável tivesse dúvidas em relação ao material da pesquisa e quisesse ver, pudesse ter acesso à ele. Por conseguinte, foi solicitado que, para poder participar da atividade de pesquisa, as interessadas deveriam buscar o TCLE na direção e trazer assinado pela/s mãe/s, pelo/s pai/s ou responsáveis até o dia da realização do grupo focal na escola.

Figura 6 — Cartazes convidando para participar da pesquisa foram colocados no mural da escola, em agosto de 2023.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

Dessa maneira, a produção de dados iniciou-se através da realização de entrevistas individuais com a diretora, a coordenadora da escola e cinco estudantes que recebem os absorventes.

As entrevistas individuais com a coordenadora e a diretora foram realizadas no dia 31 de julho de 2023, às 09h00m da manhã, em uma sala da escola que pudéssemos ter privacidade.

O grupo focal foi realizado na escola no dia 28 de agosto de 2023, das 08h30m até às 10h30m da manhã, com nove estudantes que recebem os absorventes do Programa Entre Nós. A ideia era que fossem com dez alunas, e havia, inclusive, dez estudantes inscritas, contudo, no dia da intervenção uma delas adoeceu e não conseguiu estar presente. E, após a intervenção, houve a entrevista individual com cinco estudantes que recebem os absorventes.

Apesar disso, a pesquisa seguiu seu percurso e a intervenção foi realizada em uma sala de aula onde que não estivesse ocupada e pudéssemos ter privacidade e sigilo garantidos.

Os roteiros elaborados para a intervenção e entrevistas tiveram o embasamento teórico da investigação e as informações que a pesquisadora recolheu sobre o fenômeno social investigado. A gravação de voz foi executada somente mediante autorização prévia das agentes e seus responsáveis, através da assinatura do termo de autorização de gravação de

voz. Estando cientes que seriam gravadas e que os dados coletados seriam usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, tendo assegurada que suas identificações não seriam reveladas, sendo livres para interromper sua participação a qualquer momento, se assim desejassem.

Para isso, o projeto de pesquisa foi submetido e aceito pelo Comitê de Ética da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), registrado sob o nº 6.135.820, respeitando os princípios da bioética e resolução da pesquisa com seres humanos conforme a resolução do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde nº 441 de 2011. Desse modo, foi garantido o sigilo das informações coletadas, bem como a identidade dos participantes, sendo as informações coletadas utilizadas única e exclusivamente para execução desta pesquisa. Foram entregues às agentes da pesquisa os seguintes termos: Termo de Compromisso de Confidencialidade e Sigilo; TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; TALE - Termo de Assentimento do Menor; Termo de Autorização para Gravação de Voz; e o Termo de Retaguarda.

Para identificar as nove agentes da pesquisa e suas falas no decorrer desta cartografia foi escolhido o pseudônimo “*menstruante*” vinculado a elementos da natureza, como: *menstruante terra*, *menstruante sol*, *menstruante flor*, *menstruante fogo*, *menstruante árvore*, *menstruante estrela*, *menstruante ar*, *menstruante água* e *menstruante lua*. Para as professoras da escola serão mantidas as palavras “*coordenadora*” e “*diretora*”.

3.3 Dialogando saberes — a experiência sobre menstruação na escola

“ - Já deixou de frequentar a escola alguma vez porque estava menstruada?
 - Já, por causa de muita cólica ou muito sangue, aí eu não quis.”
 (Menstruante Água).

A visita inicial, realizada na primeira semana de novembro de 2022, foi importante para observar e experienciar um pouco do cotidiano da escola. A entrada no estabelecimento no dia marcado para visita da pesquisadora, foi rápida, devido, talvez, ao fato de já estar agendada com a Diretoria.

Ao conversarmos sobre o Programa Entre Nós e de como funcionaria a pesquisa, a diretora me sugere que o grupo focal seja realizado com as alunas do 9º ano, visto que, segundo ela, “por já terem tido relações sexuais, seriam mais desinibidas para falar sobre o

assunto”. Contudo, em nenhum momento foi mencionado que para falar sobre menstruação, elas precisariam, necessariamente, ter tido relações sexuais.

Dado que, por mais que ambos temas se interseccionem, menstruação e puberdade são processos diferentes e demandam diálogos e saberes diferentes. Não é porque se menstruou, que o corpo já está preparado para ter relações sexuais, pois, o processo do mesmo depende de muitos outros fatores além da questão físico-biológico. É necessário ter o reconhecimento de que crianças também menstruam, e não deixam de ser crianças por isso. Além disso, uma vez que sociedades patriarcais tendem a estimular uniões matrimoniais após a menarca, a primeira menstruação de uma menina pode causar várias violações de direitos humanos incluindo casamento infantil, violência sexual e gravidez indesejada na adolescência, e, claro, a interrupção ou o fim da educação escolar. É preciso lembrar que a escola é realizada por pessoas em relação, relações produzidas em determinados encontros e simultaneamente de desencontros. As agentes quando entram na escola não deixam do lado de fora aquele conjunto de fatores que compõem seu modo de existir.

A segunda visita ocorreu na manhã do dia 20 de março de 2023, logo após o retorno das aulas. Agendei com a coordenação e direção para que pudesse conhecer a infraestrutura da escola, em especial o banheiro feminino. Na data, foi pedido a autorização para poder fotografar as dependências do banheiro, e para que, depois, as mesmas viessem a compor a dissertação.

Figura 7 – Banheiro feminino da Escola Municipal de Ensino Fundamental P. M. J. V. em São Sepé/RS.



Quem acompanhou a visita no interior da escola foi a estagiária, que enquanto caminhávamos foi mostrando e explicando a estrutura e o funcionamento da mesma. Ao chegar ao banheiro feminino, ela me aguardou do lado de fora. Quando começo a tirar as fotos, chega uma aluna. Eu digo para ela que pode usar o banheiro se quiser, ao que ela me responde que não quer e que “está ali só para matar o tempo, pois a aula está muito chata”.

Assim, começamos um diálogo dentro do banheiro, ao qual ela me questiona o que estou fazendo. Eu explico um pouco sobre quem sou e a minha pesquisa, e pergunto para ela se ela já tinha escutado falar em “precariedade menstrual”. Ela me responde que uma vez levaram algumas alunas da escola, inclusive ela, para uma palestra sobre menstruação na Câmara dos Vereadores de São Sepé com o médico ginecologista da cidade e distribuíram alguns absorventes para elas, mas que ela não tinha entendido muito bem o porquê, já que, nas palavras dela “a palestra foi chata e não ensinou nada que elas já não sabiam”. Depois, desse rápido encontro, nos despedimos e eu retornei à sala da direção.

Quando paramos para observar as fotos do banheiro feminino da escola abaixo, podemos ver algumas portas fechadas. Há no banheiro feminino dez cabines ao todo, todavia, apenas duas delas podem ser usadas pelas alunas. Sendo que, uma delas, está com a tampa do vaso sanitário quebrada. Ao ser questionada sobre o porquê das demais cabines estarem fechadas, a diretora me respondeu que “é mais fácil de manter limpo”. Outra dificuldade observada também, é que as pias não possuíam sabão para lavar as mãos. No caso do papel higiênico, para ter acesso, assim como aos absorventes, as alunas precisam solicitar na secretaria da escola. Segundo a diretora, isso ocorre pelo motivo delas não “saberem usar” e “colocarem fora.”

Figura 8 – Cabines do banheiro feminino da escola fechadas.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

Figura 9 – Pias para lavar as mãos.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

Figura 10 – As duas cabines disponíveis para uso, uma delas sem a tampa do vaso sanitário.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

Já a terceira visita ocorreu na volta das férias de julho, na segunda semana do mês, logo após o meio-dia, em um dia chuvoso. Solicitei à direção um horário para que pudéssemos conversar e marcar a hora e os dias para aplicação da pesquisa. Fiquei cerca de trinta minutos na chuva esperando abrirem a porta, que funciona por controle, pois estavam em reunião de professores.

Chegando à escola, era dia de distribuição dos absorventes. A escola recebe da SMED pela manhã bem cedo, e vai repassando para as alunas. Na direção, fica uma lista com os nomes das beneficiadas, que são avisadas sala por sala e convidadas a retirar na secretaria, a maioria vai na hora do intervalo ou na saída da escola, para “retirar sem ninguém ver”.

A conversa foi rápida, pois no mesmo dia também tinha reunião com as mães. Combinamos os detalhes e a diretora ficou responsável de ver os espaços para a realização da pesquisa. O combinado foi que as entrevistas individuais com a direção e coordenação seriam feitas primeiro, em dia diferente da intervenção grupal. Ambas seriam realizadas pela manhã bem cedo.

Desse modo, a primeira parte da pesquisa foi realizada no dia 31 de julho de 2023. As entrevistas individuais com a diretora e a coordenadora ocorreram às 09h00m da manhã, em uma sala da escola que pudéssemos ter privacidade.

A diretora, no dia, parecia mais a vontade para responder às perguntas do que a coordenadora. Sendo a primeira delas se durante a formação teria tido contato com algo relacionado a menstruação, ambas responderam que não. E acreditavam que um dos motivos seria porque ambas tiveram formação na área das ciências humanas.

Quando questionadas sobre se nos últimos três anos tinham frequentado alguma formação específica na área da sexualidade, gênero, a coordenadora respondeu que não. A diretora diz ter participado de uma específica do município sobre a diversidade.

Já em relação à abordagem da menstruação na sala de aula, ambas responderam que a maior barreira para falar sobre o tema é a vergonha e os tabus. E que, no fim, Programas como o Entre Nós não só ajudam que estudantes se mantenham na escola menstruadas, mas também a desmistificar as “coisas ruins sobre menstruação” e se informar melhor sobre saúde e autocuidado.

A segunda parte da pesquisa foi realizada na escola no dia 28 de agosto de 2023. O grupo focal com as nove alunas que recebem os absorventes do Programa Entre Nós ocorreu das 08h30m até às 10h30m da manhã. Iniciei o grupo me apresentando, falando um pouco sobre a pesquisa e perguntando seus nomes. No meio do diálogo, uma delas fala bem assim: “a primeira vez que eu menstruei foi na escola”, pergunto como foi isso para ela, e ela me

responde “foi horrível!” As demais seguiram contando no mesmo fio sobre como suas experiências com a menarca também foram ruins.

A maioria delas, quando questionadas sobre o que escutou pela primeira vez, respondeu: “falaram que eu ia virar mocinha”, mas não sabiam muito bem o que isso significava, só que poderiam engravidar. Uma delas nos conta que sua mãe falou que era para ela se cuidar “não sair *putiando*, pois poderia pegar *bucho*”. Essa menina em questão, faz uso de anticoncepcional injetável desde os 12 anos de idade, desde que começou a menstruar. Segundo ela, mesmo antes de ter tido relação sexual.

Após essa primeira parte, convidei cinco alunas para participarem da entrevista individual. Uma delas, pertencente a uma das três comunidades quilombolas do município, relatou ter acesso à água potável precária e que isso dificulta o seu cuidado durante a menstruação. Todas responderam que é desconfortável e/ou ruim menstruar na escola e que preferiam que os absorventes entregues pelo Programa Entre Nós nas escolas fossem com abas.

Houve uma questão que, enquanto pesquisadora da área da saúde, chamou atenção. O fato delas terem muitas dúvidas relacionadas à problemas e até mesmo doenças, do tipo “é normal vir muito ou pouco sangue?”, “Faz um mês que a minha menstruação não vem, é normal?”. Isso chama atenção para uma coisa que defendo durante toda essa escrita: distribuir absorventes não basta, precisamos cuidar dessas meninas. Precisamos fortalecer o direito delas de acesso à saúde, à informação, à cuidado. A precariedade menstrual se enfrenta com políticas que promovam a saúde menstrual.

A atividade contou com recursos lúdicos e um diálogo aberto para que as experiências das estudantes com a menstruação, com a política de distribuição de absorventes e com o tema também surgissem na conversação. Através de um círculo, compartilhamos nossos processos e devires menstruais, contamos histórias, dores, dúvidas, rimos e nos despedimos.

No final da intervenção, pedi para que elas escrevessem em uma cartolina o que menstruar era para elas. A experiência está na foto abaixo e será relatada com mais detalhes no próximo subitem

Figura 12 — Grupo focal com estudantes que recebem os absorventes.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

Quando questiono sobre o que elas acharam da experiência do grupo, do diálogo, sobre como se sentiram. Me responderam que acharam muito bom. Perguntei porque tinham gostado, e uma delas me respondeu: “porque é uma coisa que a gente guarda pra gente né? E a gente conseguir falar sobre isso faz falta.” Todas concordaram.

Figura 11 – Colagens na parede do banheiro feminino da Escola Municipal de Ensino Fundamental P. M. J. V. em São Sepé/RS.



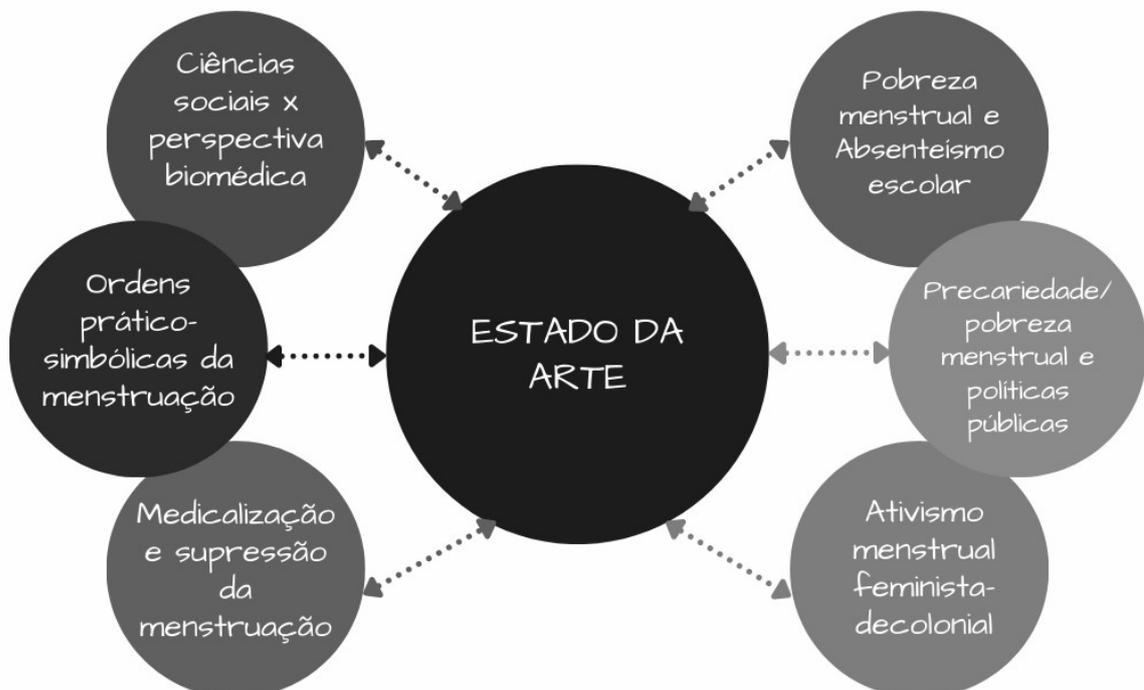
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

A pouca literatura sobre experiências com políticas sociais e iniciativas de combate à precariedade menstrual já desenvolvidas, principalmente na área de conhecimento de Serviço Social (Área Qualis 32), configuram uma lacuna para a qual esta pesquisa pretende contribuir. A menstruação, como objeto de elaborações culturais e práticas sociais diversas no contexto das diferentes sociedades humanas, têm há muito tempo despertado o interesse de pesquisadoras.

A leitura e interpretação das referências selecionadas possibilitou a sistematização das categorias abaixo. Essas categorias e seus respectivos desdobramentos são discutidos a seguir e estão representados graficamente na Figura 13

Figura 13 — Diagrama sintetizando o estado da arte do tema na área de conhecimento do Serviço Social (Área Qualis 32).



4.1 Estado da arte

A antropóloga Cecília Sardenberg, autora do trabalho “De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica” (1994), uma das pesquisas pioneiras na área das ciências sociais sobre menstruação no Brasil, revela que sem dúvida nenhuma, numa perspectiva transcultural, a menstruação aparece como objeto de interpretações e significados múltiplos, inseridos em ordens culturais das mais diversas, sendo motivo de crenças e costumes.

Para a autora, isso significa que a menstruação não se trata de um simples fato biológico, mas

[...] de um fenômeno de dimensões sociais e culturais cuja forma, consequências e significados são socialmente construídos e que não seria nenhum exagero afirmar que, se tratando de seres humanos, nenhum fenômeno de seu ciclo vital é vivenciado como puramente biológico, uma vez que é próprio às sociedades humanas atribuir significados a todos os acontecimentos, assim como definir formas de comportamento, atitudes e atividades culturalmente específicas (SARDENBERG, 1994, p. 319).

Ou seja, as interpretações sobre a menstruação tendem a se ajustar às estruturas vigentes numa determinada sociedade (MORAIS, 2021; SARDENBERG, 1994). Os diferentes significados e condutas associados ao menstruar obedecem lógicas culturalmente específicas, configurando o que Sardenberg (1994, p. 321) chama de “ordens prático-simbólicas da menstruação”. Ao dialogar com o trabalho de Sardenberg (1994), a tese de doutorado em ciências sociais denominada “Portal Vermelho - Uma etnografia sobre gênero, corpo, sangue, emoções e experiência” (MORAIS, 2021) traz que:

A menstruação, em uma perspectiva transcultural, se apresenta como objeto de significados e interpretações múltiplas, dando origem aos mais diferentes costumes e crenças. Entretanto, a concepção negativa, em relação ao sangue menstrual, oriunda do tabu que envolve a menstruação, foi a visão mais difundida no ocidental (MORAIS, 2021, p. 16).

Na contemporaneidade, o conhecimento sobre a menstruação é sustentado em parte pelas ciências biomédicas que, conforme Sardenberg (1994), é relativamente recente e salienta que apesar de, por mais científicos os avanços das ciências biomédicas se mostrem em relação à menstruação, estes não só não conseguiram romper com as noções do senso comum, como reforçaram mitos e tabus nas sociedades industrializadas.

Morais (2021) acrescenta que como forma de se relacionar com o tabu, vemos emergir, na sociedade ocidental contemporânea, um processo de medicalização do corpo feminino, mais especificamente da menstruação. Para tanto, “na época da ascensão da ginecologia biomédica, a eficácia estabelecida apontava como saída o controle e medicalização dos corpos menstruantas, criando um conjunto de condutas e de normas que iria garantir a saúde e o bem-estar” (MORAIS, 2021, p. 224).

Manica (2009) define a medicalização da menstruação em sua dissertação de mestrado “Supressão da Menstruação: Ginecologistas e Laboratórios Farmacêuticos ReApresentando Natureza e Cultura” como a supressão do sangue através do uso contínuo de contraceptivos, escolha que é induzida e reforçada, na maioria das vezes, pelo mito do “ciclo regulado”. Manica (2009) parte da análise da trajetória social dos contraceptivos que podem provocar a supressão contínua dos sangramentos mensais lançados a partir de 1999 no mercado brasileiro, e mostra a transformação da abordagem das indústrias farmacêuticas em relação à menstruação.

No momento em que se percebe um contexto favorável à supressão da menstruação, o investimento simbólico da indústria farmacêutica passou a ser na menstruação como causa de doenças ou deficiências e incômodos para a vida social e, conseqüentemente, na ausência da menstruação como algo positivo, benéfico ou desejável. Nessa direção, o novo conhecimento medicalizado acerca da menstruação toma a forma de guias de saúde com práticas de higiene (MANICA, 2009, p. 48).

E o que foi central para esse processo de medicalização e controle do sangue menstrual, segundo Bobel (2010), foram as particularidades de proteção sanitária, que rapidamente se materializaram como marcas da modernidade, privilégio de classe e respeitabilidade. Assim, através da etiqueta menstrual, cada vez mais, foi possível engajar autonomamente menstruantas como consumidoras.

Para Moreira (2013) às práticas de higiene, nesse sentido:

Imunizam mais a ideias do que as coisas, e dentro desta lógica, o principal objetivo das práticas higiênicas consiste em estabelecer modelos de comportamentos, ao estabelecer limites simbólicos que devem ser observados em nome da ordem. Dentro desta lógica, as coisas consideradas nojentas e poluídas são tidas como elementos que oferecem perigo, pois desafiam a ordem estabelecida. Logo, a análise das práticas de higienização do corpo menstruado deve ser pensada levando-se em conta o sistema social que estas práticas expressam (MOREIRA, 2013, p. 87).

O processo civilizador da modernidade ocidental impôs o controle dos fluidos e resíduos corporais (ELIAS, 1994) que, combinado com o discurso da assepsia higiênica,

encorajou a fabricação de panos higiênicos – primeiro doméstico e depois comerciais – que podiam absorver o sangue menstrual. Assim, “lavagem, mudanças frequentes de panos e repouso” eram conselhos e indicações para proteger o corpo feminino de germes e desconfortos, cuidando dele para o que era considerado a sua função principal: a maternidade” (FELITTI, 2016, p. 177).

Dessa forma, a ascensão do saber biomédico e da supressão menstrual aliada ao mercado farmacêutico como principais alternativas resultou, por outra via, conforme Moraes (2021), em outros diversos processos de resistência à medicalização e controle dos corpos e das mulheres, almejando um processo de ressignificação da concepção negativa que permeia o sangue menstrual.

Os discursos e práticas da ginecologia autônoma, política e natural buscam resgatar a sabedoria de cada corpo sobre si e valorizar os saberes e conhecimentos populares, tradicionais e vindos das lutas feministas, procurando reunir e produzir um corpo de conhecimentos sobre a saúde do corpo feminino e menstruante, colocando as mulheres como protagonistas e agentes de sua saúde, retomando o lugar que ocupavam antes da institucionalização da medicina (MORAIS, 2021, p. 226).

Nessa mesma direção, surge o conceito de “ativismo menstrual” dentro do movimento feminista decolonial latino-americano. Na concepção feminista decolonial, a menstruação foi “parte de uma colonização patriarcal dos corpos ao longo da história do pensamento ocidental” (SALA, 2020, p. 1). Sala (2020) ainda observa diferentes narrativas em relação à forma como as mulheres têm de experimentar ou passar pela sua menstruação mensal. E nesta linha,

reconheceu um discurso hegemônico que tenta inscrever na menina que se tornou menstruada uma série de dispositivos de gestão, dissimulação e higiene que a confinam a um conjunto de tarefas - domésticas, corporais e de responsabilidade no autocuidado -, cuja dedicação de tempo tensiona a possibilidade deste novo sujeito se projetar na esfera pública, política ou laboral (SALA, 2020, p. 10).

De acordo Felitti (2016), as alunas nas escolas recebem informação de uma abordagem predominantemente biomédica, quer seja dos seus professores, quer seja dos profissionais de saúde que participam em projetos financiados por empresas de higiene feminina, conforme ela exemplifica:

Os profissionais de saúde participam de projetos financiados por empresas de higiene feminina como a Johnson & Johnson, que têm um departamento educacional há décadas. Desta forma, a palestra explicativa funciona como um prelúdio para a promoção dos produtos da empresa, contribuindo assim para a visão predominante

da menstruação nas sociedades urbanas pós-industriais: um ritual econômico e não um ritual social (FELITTI, 2016 p. 178).

Pesquisas envolvendo a relação entre precariedade menstrual e absenteísmo escolar (ALEXANDER *et al.*, 2018; ARIZA-RUIZ; ESPINOSA-MENÉNDEZ; RODRÍGUEZ-HERNÁNDEZ, 2017; FERNÁNDEZ-MARTÍNEZ *et al.*, 2020; GOON *et al.*, 2010; JEWITT; RYLEY, 2014; MIRO *et al.*, 2018; SHARMA *et al.*, 2020) mostraram que devido a maior disparidade de gênero, corporeidades feminizadas são as que mais sofrem quando se trata da barreira à educação ou da privação de qualquer outro requisito fundamental de vida. Em síntese, as pesquisas mostram que a maioria das meninas em idade escolar é obrigada a deixar a escola na menarca porque em muitas áreas rurais e em uma pequena fratura das áreas urbanas, o início da menstruação é visto como uma indicação de casamento.

Também de acordo com estimativas, meninas em situação de vulnerabilidade socioeconômica perdem até dois dias escolares consecutivos por mês devido à menstruação, o que representa uma perda significativa de seu tempo educacional e dificulta seu desempenho acadêmico (ALEXANDER *et al.*, 2018; ARIZA-RUIZ; ESPINOSA-MENÉNDEZ; RODRÍGUEZ-HERNÁNDEZ, 2017; FERNÁNDEZ-MARTÍNEZ *et al.*, 2020; GOON *et al.*, 2010; JEWITT; RYLEY, 2014; MIRO *et al.*, 2018; SHARMA *et al.*, 2020).

Outras pesquisas recentes sobre a temática (HA; ALAM, 2022; HOLMES *et al.*, 2021; KUMBENI *et al.*, 2021; MEHJABEEN *et al.*, 2022; REHAN; UL HUSSAIN; HASAN, 2022; SHAH *et al.*, 2022; TANTON *et al.*, 2021) indicam fatores como instalações sanitárias deficientes nos institutos, desconforto físico, pressão social e medo de se envergonhar publicamente contribuíram para a ausência das meninas, crianças, adolescentes e jovens dos institutos; e enfatizam, que esses dados podem e devem ser usados para melhorar os serviços de promoção da saúde para alunas e alunos que menstruam, principalmente em áreas rurais, que são frequentemente negligenciadas.

No Brasil, os dados trazidos no artigo de Assad (2021) evidenciam que a precariedade menstrual, para além de uma questão de saúde pública, é também uma questão social (p. 153). Ainda para Assad (2021), a precariedade menstrual está “estritamente conectada com a desigualdade de gênero e como tais problemas poderiam ser solucionados ou, ao menos, atenuados, com a elaboração de políticas públicas adequadas” (p. 141).

As políticas públicas constituem um meio de concretização dos direitos que estão codificados nas leis de um país. Dias e Matos (2012) acrescentam ainda que:

Uma política pública implica o estabelecimento de uma ou mais estratégias orientadas à solução de problemas públicos e/ou à obtenção de maiores níveis de bem-estar social. Resultam de processo de decisão surgido no seio do governo com participação da sociedade civil, onde são estabelecidos os meios, agentes e fins das ações a serem realizadas para que se atinjam os objetivos estabelecidos (DIAS; MATOS, 2012, p. 15).

Apesar de o conceito de políticas públicas variar de acordo com o autor e com a área de atuação, torna-se evidente que é função do Estado formular e aplicar tais políticas no intuito de potencializar o bem-estar social (DIAS; MATOS, 2012). O Quênia foi a primeira nação a suprimir a tributação sobre tais produtos e o fez em 2004 (NERIS, 2020). A Índia fez o mesmo, reduzindo a taxa de 12% existente em 2018 (NERIS, 2020). A Alemanha e o Canadá também extinguiram a taxa sobre absorventes. O país europeu o fez em 2019, acabando com uma taxa com alíquota de 19% (BERGER, 2019).

Tais fatos citados demonstram que o enfrentamento à precariedade menstrual não deve se limitar somente à distribuição de absorventes gratuitos (ASSAD, 2021) – o que obviamente já é um grande avanço –, mas, sim, considerar, como já apontado, investimentos em educação, saúde, saneamento, reestruturação tributária, entre outras iniciativas e ações.

Dentro do ativismo menstrual latino-americano, por exemplo, as pesquisadoras feministas chilenas Castillo-Muñoz e Mora-Guerrero (2021) propõem como uma das alternativas ressignificar o que temos por saúde menstrual na sociedade, e em um sentido amplo e integral “pensar um corpo feminino como diálogo de saberes” (CASTILLO-MUÑOZ; MORA-GUERRERO, 2021).

Las feministas menstruadoras, usualmente agrupadas en colectivos, han buscado referentes simbólicos entre las culturas indígenas que les permitan reconceptualizar la menstruación por fuera de la inferioridad con la que se simboliza en la cultura patriarcal. Los resultados mostraron tres procesos socioculturales a partir de los cuales se dio cuenta de los procesos de significación sobre el cuerpo y la menstruación, que tienen lugar en el colectivo de estudio desde la experiencia de sus integrantes. Estos procesos son: uno, la toma de consciencia del castigo corporal; dos, la transformación del cuerpo castigado; y, tres, la transcendencia de lo corporal entre mujeres (MUÑOZ; GUERRERO, 2021, p. 2).

Neste contexto, as mudanças buscadas pelas feministas menstruadas iriam se opor à cultura ocidental em duas dimensões: uma, em reconciliação com a menstruação, eliminando o tabu e a vergonha (BOBEL, 2010; DEBRA, 2011) e, duas,

em resistência ao sistema capitalista colonial, questionando a necessidade dos chamados produtos de cuidados femininos, tais como pensos, tampões e contraceptivos, e promovendo sua substituição por produtos alternativos saudáveis, não poluentes e economicamente menos caros (BOBEL, 2010, p. 10).

Motivadas por este horizonte, as feministas adotaram concepções indígenas onde a menstruação parecia estar associada à saúde, sexualidade, vida ética, sociedade e à terra (HIDALGO; CASTRO, 2010):

Según las integrantes del grupo, durante su participación en el Círculo, ellas constatan o toman consciencia de que, como mujeres, han sufrido el castigo hacia sus cuerpos menstruantes. A partir de esta toma de consciencia, refieren, inician un movimiento transformador y reconciliador con sus cuerpos. Esta experiencia tendría tres posibilidades de ser vivida, cada una asociada a una de las tres posiciones feministas al interior del colectivo: despertar a la herida corporal, desde el feminismo chileno/occidental; enfrentar la herida corporal, desde el feminismo chileno/mapuche; y, reconocer la herida corporal colonial, desde el feminismo apegado a lo mapuche (CASTILLO-MUÑOZ; MORA-GUERRERO, 2021, p. 7).

No sistema colonial, a menstruação começou a ser concebida como uma doença dolorosa, uma maldição, uma falta moral ou impureza ou, simplesmente, associada ao mal (MONTECINO, 1984). Em suma, ao retomar estes significados, que eles classificaram como feministas ancestrais, as feministas menstruantes visavam reconstruir seus corpos a fim de alcançar uma dupla libertação, tanto da inferioridade feminina quanto da “colonialidade capitalista” (DUSSEL, 2007, p. 4).

A este respeito, os resultados revelaram que o ativismo menstrual do coletivo implica uma multiplicidade de significados. Sua pluralidade torna possível ver a possibilidade de ressignificar a corporeidade das mulheres na cultura ocidental, assumindo a própria história cultural. E, segundo as autoras, esta última “é o ponto de partida para a construção de uma cura corporal e menstrual livre de preconceitos raciais, de gênero e de violências coloniais” (CASTILLO-MUÑOZ; MORA-GUERRERO, 2021, p. 9).

5 MENSTRUAR É POLÍTICO: O DIREITO HUMANO À SAÚDE MENSTRUAL

Esse capítulo aborda que a promoção da saúde e da qualidade de vida são obtidas através de políticas e ações que visam reduzir as vulnerabilidades sociais que envolvem, o estilo de vida, as condições de trabalho, de habitação, do ambiente, da educação, do acesso ao lazer, cultura e a bens e serviços essenciais de qualidade. É neste contexto que discutir a saúde e os direitos menstruais é, também, um compromisso, de forma a contribuir para o enfrentamento à precariedade menstrual. Assim, acredita-se que a presente escrita pode ser um dos instrumentos para que as discussões sobre esse tema e a formação de uma nova cultura possam ser estimulados em nossa sociedade e nas nossas escolas no que tange à saúde menstrual.

5.1 Cartografar é acompanhar processos — saúde menstrual um direito humano

“- E quando vocês começaram a menstruar pela primeira vez, vocês conversaram com quem? Quem é que conversou com você?
 - Minha vó e minha mãe.
 - E o que elas falaram?
 - Falaram que eu ia virar moça.
 - E o que isso significava pra você?
 - Que eu ia crescer, eu não sei..”
 (Menstruante Sol).

O fenômeno da precariedade menstrual não só é uma denúncia social que trata da condição do acesso da população à dignidade, direitos, saúde, educação, trabalho, como revela a cartografia de uma organização societária que tem como prioridade o acúmulo de riquezas amparado na desigualdade social e na exploração de trabalhadoras. Não obstante, os avanços em políticas públicas e iniciativas não garantem, por si, a diminuição da precariedade menstrual, porque se trata de um processo demandante de reformas estruturais, que altera profundamente a concentração da terra e da renda e que estão diretamente alicerçadas às questões de gênero e raça no Brasil.

A única informação disponível relativa à saúde menstrual de estudantes a partir de 14 anos no Brasil está na Política Nacional de Saúde 2013⁴, em uma categoria que aponta o afastamento das atividades habituais por conta de problemas menstruais, levando cerca de 22 mil meninas a deixar de trabalhar, ir à escola, brincar, ou realizar afazeres domésticos.

4 Pesquisa Nacional de Saúde 2013. Acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Desse modo, discutir a saúde e os direitos menstruais publicamente é um dos compromissos na resposta à precariedade menstrual, que afeta negativamente parte importante da vida das pessoas que menstruam no país. No Brasil, “crianças e adolescentes que menstruam têm seus direitos à escola de qualidade, moradia digna, saúde, incluindo sexual e reprodutiva violados, quando seu direito à saúde menstrual não é garantido nos espaços em que convivem e passam boa parte de suas vidas” (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 4).

“No meu curso de graduação nunca foi falado sobre isso, foi bem específico para as disciplinas mesmo, que eu estava sendo formada, que eu sou formada em história, então não foi falado sobre a questão da menstruação, assim, específico. Até isso eu acho que é algo mais direcionado em formações continuadas pros professores depois, ao longo do tempo, né? A gente vai se formando aprendendo algumas coisas em alguns cursos que a gente vai fazendo, assim, por conta. Mas, é bem difícil de ter assim, né? Na minha carreira já fazem dez anos que eu estou em sala de aula e eu nunca tive a oportunidade de ter algum curso ou alguma formação que me colocasse sobre esse olhar da menstruação, acho que a única vez que eu tive a oportunidade foi justamente no lançamento deste projeto que a gente tem agora no município, né? que foi instituído no outro ano da questão da pobreza menstrual e da distribuição dos absorventes, que foi feita alguma reflexão, algo assim. Mas sobre pobreza menstrual e o empecilho disso pros alunos irem pra escola, eu nunca tinha tido nenhuma oportunidade de discussão” (DIRETORA DA ESCOLA).

A precariedade menstrual, como a situação ficou conhecida, chegou ao debate público por iniciativas populares vindas de mulheres

Figura 14 – Manifestação realizada na Avenida Paulista, em São Paulo, no dia 28 de maio de 2023, Dia Internacional da Luta pela Dignidade Menstrual.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

E, em um sentido geral, é caracterizada pela:

Falta de acesso a produtos adequados para o cuidado da higiene menstrual (absorventes descartáveis, absorventes de tecido reutilizáveis, coletores menstruais descartáveis ou reutilizáveis, calcinhas menstruais, além de papel higiênico e sabonete), por questões estruturais (a ausência de banheiros seguros e em bom estado de conservação, saneamento básico e coleta de lixo), pela falta de acesso a medicamentos para administrar problemas menstruais, pela insuficiência ou incorreção nas informações sobre a saúde menstrual e autoconhecimento sobre o corpo e os ciclos menstruais, em ambientes como em casa, no trabalho e na escola (CAVALCANTE; SANTOS, 2022, p. 53).

O termo surge pela primeira vez em 2013, em um artigo científico publicado pela revista *Health Care for Women International* intitulado “Emotional and psychosocial aspects of menstrual poverty in resource-poor settings: a qualitative study of the experiences of adolescent girls in an informal settlement in Nairobi” onde foram apresentadas as múltiplas privações que indivíduos sofrem relacionadas à menstruação em ambientes com poucos recursos refletindo uma problemática sistêmica de desigualdade social e de gênero (CRICHTON *et al.*, 2013).

Começamos examinando as experiências de pobreza menstrual das meninas, incluindo a falta de acesso a absorventes higiênicos, problemas de higiene e privacidade, e falta de apoio e orientação. Em seguida, examinamos como a pobreza menstrual se relaciona ao estigma social. Em seguida, examinamos as descrições das meninas sobre os efeitos desses desafios em seu bem-estar emocional durante a menstruação. Finalmente, examinamos as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas meninas para lidar com a pobreza menstrual (CRICHTON *et al.*, 2013, p. 896)

Ainda de acordo com a pesquisa:

Em todo o Sul Global, a pobreza causa múltiplas privações materiais e psicossociais para meninas e mulheres durante a menstruação. E acrescentam ainda que a precariedade menstrual prejudica a participação das mulheres e meninas em atividades físicas, sociais e econômicas. Citando o exemplo de pesquisadores que investigaram os efeitos potenciais da precariedade menstrual sobre a educação onde descobriu-se que os problemas de manejo da menstruação causam absenteísmo periódico ou abandono escolar entre as meninas menstruadas (CRICHTON *et al.*, 2013, p. 897).

As primeiras discussões acerca dos direitos menstruais surgirão dentro do panorama do WASH (Water, Sanitation and Hygiene)⁵, termo criado e utilizado pela ONU para a defesa

5 Água, saneamento e higiene, em português.

do acesso universal à água potável, saneamento e higiene. O termo MHM (Menstrual Hygiene Management)⁶ teve origem no setor WASH. E foi definido como:

O direito de meninas e mulheres de usar um sistema menstrual que contenha material limpo para poder gerenciar, absorver ou coletar sangue menstrual. Caracterizado também pela privacidade de espaços, como banheiros em casa, no trabalho e na escola, poder usar água e sabão para lavar o corpo conforme necessário, e ter acesso a instalações para descartar materiais usados durante a menstruação (UNICEF *et al*, 2019, p. 13).

A partir dessa perspectiva, começaram a surgir reivindicações de feministas e ativistas dos direitos humanos e das mulheres pelo acesso adequado à GHM (Gestão da Higiene Menstrual), argumentando que:

O impacto do estigma e da falta de provisões para realizar a higiene menstrual força meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade social e pobreza a faltarem às aulas de forma recorrente ao longo do ano letivo – prejudicando significativamente a qualidade da sua educação e reduzindo suas oportunidades na vida adulta (BRIDI, 2023, p. 61).

Todavia, o conceito que emerge sob a influência dos feminismo liberal, tem gerado, nos últimos anos, críticas dentro do próprio movimento do ativismo menstrual sobre a abordagem “material” da Gestão da Higiene Menstrual. Segundo Bobel e Fahs (2020, p. 955):

As intervenções recentes nesta área são voltadas para a distribuição de produtos e priorizam uma visão anêmica da menstruação que é focada em sanitizar a experiência menstrual, evitando as causas profundas do estigma e a política ativista radical em favor de mudar o sistema por dentro. Esta abordagem, embora tenha sido útil para inserir a menstruação na esfera pública, transformou um movimento que possuía um histórico robusto de resistência corporificada – de anarquistas feministas protestando contra a misoginia da indústria de produtos menstruais, a fabricantes de panfletos voltados para a alfabetização menstrual e técnicas de “faça você mesmo” para cuidados menstruais, a artistas pintando com seu sangue menstrual – em uma tentativa rasa de continuar escondendo a menstruação através dos produtos menstruais. Outras análises ainda colocam este como um avanço neoliberal.

Bobel (2019) chama a atenção para a participação de grandes empresas e corporações, como a P&G, Nike e Goldman Sachs, e argumenta que a atenção destes atores à GHM é uma estratégia velada de relações públicas que se alinha às tendências expansionistas do capitalismo corporativo. Hall (1997, p. 180-181) ressalta que,

à medida que novos movimentos sociais desenvolveram e articularam reivindicações de justiça e identidades minoritárias com o seus projetos de saber contra-hegemônicos, as estratégias de acumulação flexíveis do capitalismo encontraram

6 Gestão da Higiene Menstrual, em português.

maneiras de transformar esses novos interesses por diferenças locais e minoritárias em novos nichos de mercado.

A GHM passa, então, a ser difundida entre o público através de termos como “pobreza menstrual”, “equidade menstrual” e “precariedade menstrual”. No entanto, para Vásquez (2022, p. 3-4):

Pobreza menstrual é um termo que promove a ideia de uma forma "descendente" de menstruação, definida pela capacidade de aquisição, deixando as formas de autogestão como indignas ou pobres, uma narrativa conveniente para a sociedade de consumo e que o termo limita a compreensão e a análise abrangentes das questões menstruais, reduzindo-as à higiene e ignorando as questões estruturais que empobrecem as mulheres e tornam a experiência menstrual precária.

Por esse motivo, é que se optou pelo uso do termo “precariedade menstrual” no decorrer desta escrita para se referir a esse fenômeno que afeta milhares de pessoas no Brasil e no mundo. Precário é qualidade do que apresenta más condições ou não cumpre seu objetivo, como por exemplo: o sistema público através de diversas ações, ou talvez, da falta delas, é precário em proteger e promover saúde menstrual. Condições que nada mais são que “politicamente induzidas e nas quais certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às mais diversas violações” (BUTLER, 2018, p. 46).

Essa questão é bem colocada na fala da menstruante terra durante o grupo focal na escola: “- *Nós não temos água potável no quilombo, mas minha avó quando vem na cidade sempre compra absorventes e guarda no roupeiro, nunca faltou!*”. Ou seja, não faltam absorventes, mas o acesso à água é precário, o saneamento é precário, o esgoto é precário, os banheiros são precários. Há muitas coisas que tornam o menstruar precário para essa menina e, por conta disso, a sua “dignidade” menstrual de forma plena não está garantida.

O cuidado do fluxo menstrual, portanto, é visto a partir daí mais do que como uma questão de higiene, mas uma questão de saúde pública, direitos humanos e uma barreira à igualdade de gênero e participação social de meninas em situação de pobreza (JOSHI *et. al*, 2015; SOMMER *et. al*, 2015). Baseando-se no pressuposto de que:

Meninas e mulheres não têm acesso a produtos de higiene e cuidado menstrual porque não tem acesso à inúmeros direitos sociais e humanos e porque vivem em um sistema que favorece os corpos dos homens – e, portanto, que se recusa a distribuir os recursos de forma equitativa entre os dois sexos – muitas ativistas passaram a propor soluções centradas em mudanças políticas e legislativas (BRIDI, 2023, p. 61).

Dessa maneira, algumas das pautas que se tornaram a face pública do ativismo menstrual da atualidade focam em mudanças incrementais dentro dos sistemas já existentes, como é o caso da eliminação de impostos sobre os produtos de higiene e cuidado menstrual que os categorizam como “itens de luxo” (a chamada “tampon tax”), a reivindicação da disponibilização destes produtos de forma gratuita em escolas, sistemas penitenciários e serviços de acolhimento institucionais (BOBEL, 2019; BOBEL; FAHS, 2020).

No Brasil, por exemplo, foi a partir das reivindicações de mulheres inseridas nos sistemas penitenciários que surgiram as primeiras discussões acerca do tema. A obra “Presos que Menstruam” (2015) é referência em abordar a questão da pobreza menstrual nos presídios do país. Queiroz (2015) fez uma análise do sistema carcerário por quatro anos e teve contato com mulheres privadas de liberdade que passaram e passam seus períodos menstruais em condições precárias. Na obra, ela traz:

As especificidades de gênero são ignoradas e o Estado esquece que as mulheres precisam de absorventes. Explica, ainda, que alguns presídios oferecem um pequeno número de absorventes, mas, conforme muitas detentas relataram, não é suficiente para aquelas com fluxo maior e em casos extremos, quando não há absorvente disponível, elas improvisam usando miolo de pão como absorvente interno. O miolo de pão velho é guardado para essas situações, as mulheres amassam para que fique no formato de um O.B (absorvente interno) e colocam-no dentro da vagina para conter o fluxo menstrual. O uso de material biológico, como o pão, que pode mofar, aumenta o risco de infecções. O farelo do pão pode causar doenças que acometem o sistema geniturinário (QUEIROZ, 2015, p. 20).

Além dos riscos à saúde física das pessoas que lidam com a menstruação, mostra-se relevante comentar o desgaste psicológico e emocional atrelado à falta de recursos para lidar com o período menstrual (ASSAD, 2021).

Os impactos sobre a saúde mental das mulheres, por exemplo, dentre mulheres que declararam sofrerem os efeitos da precariedade menstrual, 68,1% das que experimentam a precariedade menstrual todos os meses indicaram sintomas consistentes com depressão moderada e severa (CARDOSO *et al.*, 2021, p. 3).

Portanto, considerar somente aspectos orgânicos da menstruação, sem levar em conta questões psicológicas, emocionais, sociais, culturais e econômicas, denota uma visão reducionista e torna a maioria das observações limitadas (AZEVEDO, 2005). A saúde menstrual tem sido, antes de tudo, objeto de estudo e análise como um processo fisiológico que permite a reprodução biológica.

São as especialidades, como a ginecologia e a obstetrícia, as que mais realizam este trabalho. Porém, seu estudo enfocou seu início e seu fim: menarca e menopausa, ignorando como ela ocorre ao longo da vida das mulheres. Outras abordagens de saúde têm se concentrado no que tem sido definido como patologias da menstruação: ovários policísticos, dismenorreia, síndrome pré-menstrual, ou a pílula anticoncepcional, que novamente prioriza o estudo da normalidade versus anormalidade no corpo das mulheres (RODRÍGUEZ; GALLARDO, 2017, p. 253).

As ciências sociais foram além do interesse em estudar essa dimensão fisiológica e abordaram as representações sociais em torno do ciclo menstrual e as experiências das mulheres (BOBEL, 2010), ao reconhecer que se aproximar dessas perspectivas é relevante considerando a carga de preconceitos que historicamente tem sido associada à menstruação e, portanto, ao corpo e à saúde das mulheres (FERNÁNDEZ, 2012).

Um trabalho publicado recentemente por uma equipe global de especialistas do grupo de pesquisa *Menstrual Health and Gender Justice* do *Center for the Study of Social Difference* da *Columbia University*, lançou uma nova definição de saúde menstrual para promover políticas, práticas e pesquisas. Para as autoras, a saúde menstrual é definida “como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade, em relação ao ciclo menstrual” (HENNEGAN *et al.*, 2021, p. 32).

A nova definição é fundamentada na definição de saúde da OMS e é complementada por uma descrição dos requisitos para alcançar a saúde menstrual ao longo da vida. Hennegan *et al.* (2021, p. 32) propõem que “essa definição de saúde menstrual procura desenvolver uma compreensão diferenciada das experiências menstruais e suas intersecções com a saúde física, mental e social”, e que alcançar a saúde menstrual implica que mulheres, meninas e todas as outras pessoas que experimentam um ciclo menstrual, ao longo de sua vida, sejam capazes de:

- 1) acessar informações precisas, oportunas e apropriadas à idade sobre o ciclo menstrual, menstruação e mudanças experimentadas ao longo da vida, bem como práticas de autocuidado e higiene relacionadas.
- 2) cuidar de seus corpos durante a menstruação para que suas preferências, higiene, conforto, privacidade e segurança sejam apoiadas. Isso inclui acessar e usar materiais menstruais eficazes e acessíveis e ter instalações e serviços de apoio, incluindo serviços de água, saneamento e higiene, para lavar o corpo e as mãos, trocar os materiais menstruais e limpar e/ou descartar os materiais usados.
- 3) acessar diagnóstico oportuno, tratamento e cuidados para desconfortos e distúrbios relacionados ao ciclo menstrual, incluindo acesso a serviços e recursos de saúde apropriados, alívio da dor e estratégias de autocuidado.
- 4) experimentar um ambiente positivo e respeitoso em relação ao ciclo menstrual, livre de estigma e sofrimento psicológico, incluindo os recursos e apoio de que precisam para cuidar com confiança de seus corpos e tomar decisões informadas sobre o autocuidado ao longo do ciclo menstrual.
- 5) decidir se e como participar de todas as esferas da vida, incluindo civil, cultural, econômica, social e política, durante todas as fases do ciclo menstrual, livre de exclusão, restrição, discriminação, coerção e/ou violências relacionadas à menstruação (HENNEGAN *et al.*, 2021, p. 33).

A precariedade menstrual evidencia o descaso em relação aos direitos humanos, tratando-se de um desafio no campo da equidade social, de gênero, educação e saúde. E revela “um processo de vulnerabilidade extrema que deve ser analisado sob o viés de um conjunto de fatores que denunciam as mais diversas situações que são impostas a quem menstrua” (CARDOSO *et al.*, 2021, p. 23).

Com o recente desenvolvimento de políticas públicas de combate à precariedade menstrual direcionadas às escolas, é importante que se reflita se elas conseguem atender às necessidades de todas/os/es que menstruam, incluindo as pessoas mais marginalizadas socialmente. Ao ter em vista que a precariedade menstrual é um fenômeno multidimensional (UNICEF; UNFPA, 2021), é importante que se problematize quais são os processos que tornam o menstruar precário, e conseqüentemente, impedem o acesso à educação.

5.2 Políticas e iniciativas que abordam a precariedade menstrual no Brasil

“- Na opinião de vocês, um pacote com oito absorventes ajuda?”

- Não, quase nada, porque menstruamos muito. Mas na escola sim, porque se acontecer a gente sabe que tem absorvente na direção!”
(Menstruante Estrela).

Hoje, no Brasil, há em torno de 60 milhões de mulheres e meninas que menstruam e, destas, 15 milhões não têm acesso à água tratada, e 1,5 milhão moram em casa sem banheiro (UNFPA *et al.*, 2022). Ou seja, o problema é estrutural e depende da formulação de políticas públicas e de profundas reformas socioeconômicas. Observa-se que, no marco dos últimos quatro anos, o debate sobre a dignidade menstrual se insere na agenda pública em um momento complexo da conjuntura política e social brasileira, ao mesmo tempo em que as informações disponíveis nas peças orçamentárias indicam uma redução no investimento em diversas políticas sociais e aumento nos níveis de pobreza.

No capitalismo, a produção de pobreza é a expressão explícita das relações presentes na sociedade, relações essas que são excepcionalmente desiguais, e que residem entre acumulação e miséria (MONTAÑO, 2012). De acordo com Yazbek (2010, p. 53):

A pobreza nesse cenário é uma categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações e de possibilidades. Um fenômeno produzido e reproduzido pelo sistema capitalista que priva determinados segmentos sociais não só de bens materiais, mas também do exercício dos seus direitos fundamentais, tanto no plano econômico, cultural quanto no plano social.

Para Cimadamore e Cattani (2007) a pobreza em todos os seus níveis é consequência direta das desigualdades contemporâneas e são efeitos da estrutura de poder. Elas são construídas e produzidas pelos sistemas econômicos e determinadas pelas correlações de força entre as classes e por certas políticas de Estado. Já Yazbek (2010) considera que para além da pobreza, que se refere à situação em que a pessoa dispõe de um mínimo para assegurar a sua sobrevivência física, há a pobreza extrema, que diz respeito àquela condição em que o indivíduo não dispõe sequer do mínimo que lhe possa garantir a sobrevivência.

O Brasil, nas últimas décadas, confirma, infelizmente,

uma tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social, que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania, tornando precários vários direitos humanos e sociais (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001, p. 6).

Só em 2022, 33,1 milhões de pessoas não tinham o que comer. É o que revelou o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, lançado em 8 de junho de 2022. A pesquisa mostra que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome), destas, 65% são mulheres, negras e chefes de família (VIGISAN, 2022). Esse cenário de precariedade de direitos básicos que cerca milhares pessoas que menstruam, se torna um obstáculo para quem precisa decidir entre comprar o que comer ou absorventes (MOTTA; BRITO, 2022).

Reflexo disso é que mesmo com a atual ascensão dos direitos sociais e políticos das mulheres, outro relatório sobre a fome no Brasil intitulado “Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Globais” (NERI, 2022) com os últimos dados disponíveis sobre insegurança alimentar no país lançado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) Social em maio de 2022, comparando o Brasil com 160 países, desde 2006, com recortes de renda, educação, gênero e idade introduz uma categoria denominada “Feminização da fome” e sugere que o fenômeno decorre do impacto maior que a pandemia de Covid-19 teve nas mulheres no mercado de trabalho.

Observamos crescente e marcada assimetria de insegurança alimentar entre homens e mulheres no Brasil. De 2019 a 2021, houve queda de 1 ponto percentual para homens (cai de 27% para 26%) e aumento de 14 pontos percentuais entre as mulheres (sobe de 33% para 47%). Como resultado, a diferença entre gêneros da insegurança alimentar em 2021 é 6 vezes maior no Brasil do que na média global (NERI, 2022, p. 3).

Nesse mesmo contexto, sabe-se que o nosso país possui uma das mais elevadas taxas sobre absorventes no mundo, com tributação média de 25% do produto⁷. Esse cenário que cerca quem menstrua, se torna um obstáculo para quem precisa decidir entre comprar o que comer ou absorventes. Dessa forma, a precariedade menstrual aparece como uma das faces do sistema patriarcal-capitalista, o qual prioriza os interesses do mercado em detrimento do bem-estar social e é consequência direta da forte concentração de renda nas mãos da elite, que corresponde a cerca de 1% da população e é formada majoritariamente por homens, heterossexuais e brancos⁸.

A própria questão dos absorventes se relaciona com o desenho tributário de diversos países que foram moldados mantendo a discriminação de gênero. O Brasil é um dos que mais tributam o absorvente higiênico, chegando a totalizar 34,48% do valor total dos mesmos. Conforme informações do governo extraídas no site Impostômetro⁹, a carga tributária incidente sobre o absorvente, é comparável a produtos como goma de mascar (tributação de 34,24%) ou superior a outros, como coelho de pelúcia (tributação de 29,92%). Uma pesquisa conduzida por Borges (2017) concluiu que um mesmo produto para as mulheres no Brasil pode chegar a 12,3%.

Como consequência direta da acumulação e exploração capitalista, a precariedade menstrual é caracterizada como uma das novas expressões da questão social – preponderante nessa lógica do mercado –, e se caracteriza como a denúncia de uma das faces da desigualdade social, de gênero e de raça no Brasil. Conforme Iamamoto (2001) pontua:

As diferentes expressões da questão social denunciam as desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização e a questionamentos acerca da produção de quadros de pobreza de diferentes níveis no Brasil e na América-Latina (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

O cerne da questão social, é a exploração das trabalhadoras pelo capitalismo, com todas as consequências para sua vida. Conforme Iamamoto (2008), a Questão Social

7 Brasil tem uma das maiores taxas de imposto sobre absorventes do mundo. Disponível em: <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/bem-estar/brasil-tem-uma-das-maiores-taxas-de-imposto-sobre-absorventes-do-mundo>. Acesso em: 15 fev. 2023.

8 1% dos homens brancos ricos recebem mais que todas as mulheres negras do Brasil. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/12/4970921-1-dos-homens-brancos-ricos-recebem-mais-que-todas-mulheres-negras-do-brasil.html>. Acesso em: 23 nov. 2022.

9 Disponível em: <https://impostometro.com.br/home/relacaoprodutos>.

compreende um conjunto de expressões das desigualdades sociais geradas no âmago das relações sociais de produção na sociedade capitalista. Deste modo,

A questão social expressa as desigualdades de classe que se manifestam nas problemáticas de gênero, raça, etnia, nacionalidade, meio ambiente, entre outros. Nesse sentido, ela expressa a subversão do humano, própria da sociedade capitalista contemporânea, que se materializa na naturalização das desigualdades sociais e na submissão das necessidades humanas ao poder das coisas sociais – do capital dinheiro e de seu fetiche (IAMAMOTO, 2008, p. 125).

Dentro das políticas públicas se encontram as políticas sociais. Estas preveem atender aos que delas necessitam e enfrentam as expressões sociais da questão social, que impedem o alcance da justiça social (BEHRING; BOSCHETTI, 2016). A política social age de forma focalizada, visa atender determinado grupo atrelado a certa expressão social, por meio de programas, projetos e prestações de serviços à sociedade.

Para Boschetti *et al* (2008) a política, na sua configuração recente e restrita, tem a conotação de política pública a qual engloba a política social. A política social é uma *espécie do gênero* política pública, o conceito de política social aparece como política pública e direito de cidadania:

Política pública, como já indicado, não é sinônimo de política estatal. A palavra *pública*, que sucede a palavra *política*, não tem identificação exclusiva com o Estado. Sua maior identificação, é, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo. Está se falando também de uma forma de organização política que se pauta no interesse comum da comunidade, da soberania popular e não da soberania dos que governam (BOSCHETTI *et al*, 2008, p. 7).

As políticas sociais se expressam enquanto políticas de ação, que segundo Pereira (2008, p. 171-172): “visam, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea”. Isto é, são ações que necessitam estar pautadas por concepções de justiça social e embasadas por leis, que por sua vez, sejam para a garantia de direitos sociais, envolvendo a União, os Estados e os Municípios. Assim, para que políticas de governo sejam políticas sociais é necessário que haja critérios, regulações, avaliação constitucional e que atendam, de fato, às necessidades dos cidadãos vulneráveis e promovam a sua função: o bem-estar social (DEJOURS, 1986).

E, no âmbito da PM, esse cenário não deveria ser diferente. Devido a:

Grande parte das propostas de combate à precariedade menstrual é de caráter individual, ou seja, dependem da proatividade, proteção e prevenção da própria

comunidade. Na maioria das vezes, são ações realizadas por projetos sociais de doação de itens básicos para saúde feminina (SHIRAISHI *et al.*, 2022, p. 1718).

Porém, depender apenas de doações implica um grau elevado de instabilidade, o que não garante saúde e assistência integral a pessoas menstruando. Isso só seria possível com a realização de políticas públicas eficientes voltadas para essa demanda social. Dessa maneira,

mesmo que haja negligências e poucas discussões por parte das autoridades para garantia mínima da dignidade menstrual, fica claro que tais políticas têm fundamental importância e relevância para a redução e resolução dos problemas causados pela precariedade menstrual (SHIRAISHI *et al.*, 2022, p. 1719).

Sommer (2016) relata que países que investem em políticas menstruais praticamente todas as meninas, mulheres e demais corpos que menstruam têm acesso a banheiros limpos, privativos e seguros em suas casas, escolas, trabalho, espaços públicos, podendo lidar com seus sangramentos menstruais com dignidade. Como bem exemplifica a diretora da escola que recebe os absorventes, em São Sepé, quando questionada se as políticas sociais de combate à precariedade menstrual ajudam as alunas a se manterem na escola:

“ - Sim, com certeza. Quando elas tão menstruadas, elas dizem “ai, diretora eu preciso” ai elas acabam vindo, elas sobem aqui, elas pegam, elas pedem, né? Então, assim elas sabem que tem a segurança de que se elas precisarem elas vão ter na escola um absorvente disponível pra elas” (DIRETORA DA ESCOLA).

Já em países que têm como característica grande desigualdades de direitos sociais há evidências de barreiras enfrentadas por quem menstrua com relação ao assunto, tais como informações inadequadas acerca da menarca, vergonha e medo (HA; ALAM, 2022; MEHJABEEN *et al.*, 2022; SHAH *et al.*, 2022). Essas desigualdades fazem com que muitos tenham dificuldades em obter reconhecimento e acesso a seus direitos elementares, como educação, mobilidade, nutrição, habitação, boa saúde física e mental, trabalho, lazer, entre outros (MINAYO, 1999).

A proposta (PL nº 4.968/2019) da deputada Marília Arraes (PT-PE), que originou a lei de criação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (Lei nº 14.214/21) no Brasil, foi aprovada pelo Senado em 14 de setembro de 2019. E, conforme justificativa de que a precariedade menstrual teve seus efeitos agravados pela pandemia, a sanção do Projeto de Lei nº 4.968/2019 volta a ser discutida em outubro de 2021.

O então presidente da época, Jair Bolsonaro, sanciona a criação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (Lei nº 14.214/2021), mas veta a principal medida determinada pelo programa: “a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros

cuidados básicos de saúde menstrual” (BRASIL, 2021, p. 1), vetando também o item do projeto que determinava a inclusão de absorventes nas cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Sob a justificativa de que, a iniciativa contrariava o interesse público, uma vez que não havia compatibilidade com a autonomia das redes e estabelecimentos de ensino e não indicava fonte de custeio ou medida compensatória.

Contudo, em março de 2022, o Congresso Nacional derruba o veto e decide que todos os trechos vetados serão incorporados à lei. Incluindo a distribuição gratuita de absorventes para a lista de beneficiadas, como “estudantes de baixa renda matriculadas em escolas da rede pública de ensino” (BRASIL, 2021, p. 1), mulheres/pessoas em situação de vulnerabilidade social como pobreza extrema, em situação de rua, de refúgio, em cumprimento de medida socioeducativa, privada de liberdade e/ou violência.

Na mesma direção, no início de 2023, o atual Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, através do decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023, regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Referido no âmbito do Poder Executivo federal, os objetivos do Programa além de “combater a precariedade menstrual, identificada como a falta de acesso a produtos de higiene e a outros itens necessários no período da menstruação ou a falta de recursos que possibilitem a sua aquisição” (BRASIL, 2023, p. 1), incluem também: “garantir os cuidados básicos de saúde e desenvolver os meios para a inclusão das pessoas que menstruam, em ações e programas de proteção à saúde e à dignidade menstrual; e promover a dignidade menstrual” (BRASIL, 2023, p. 1).

Considerar-se-ão beneficiárias as pessoas que menstruam e que:

I - estejam cumulativamente: a) matriculadas na rede pública de ensino estadual, municipal ou federal, nas etapas do ensino fundamental ou do ensino médio, em todas as modalidades de ensino; e b) pertençam a famílias que estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico e sejam classificadas como de baixa renda nos termos do Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022; II - estejam registradas no CadÚnico, em qualquer das seguintes categorias: a) em situação de rua; ou b) em situação de pobreza, conforme o critério estabelecido da Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023, ou da lei em que for convertida, observando-se as atualizações monetárias estabelecidas em decreto; III - estejam recolhidas em unidades do sistema penal, cadastradas na ferramenta de coleta de dados do Sistema Penitenciário Brasileiro - Sisdepen; ou IV - estejam em cumprimento de medidas socioeducativas, cadastradas no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase (BRASIL, 2023, p. 2).

O documento complementa ainda que os Estados, os municípios e o Distrito Federal poderão fornecer, em caráter complementar ao Programa, “absorventes higiênicos e outros

cuidados básicos de saúde menstrual, com recursos de seus respectivos orçamentos e compartilharam entre si as bases de dados e as informações administrativas necessárias à execução e monitoramento de suas ações” (BRASIL, 2023, p. 3). E, que, a dispensação periódica e gratuita de absorventes higiênicos às pessoas beneficiárias do Programa poderá ser realizada em “escolas da rede pública de ensino estadual, municipal ou federal, em todas as modalidades de ensino” (BRASIL, 2023, p. 2). Tendo esta portaria entrado em vigor na data de sua publicação.

Figura 15 – O governo federal divulgou a portaria interministerial com alguns dos critérios práticos de funcionamento do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual.

MAIS UM PASSO PARA A DIGNIDADE MENSTRUAL!

Regras para distribuição de absorventes higiênicos já estão disponíveis

Arraste para conferir




COMO SERÃO DISTRIBUÍDOS?

Os absorventes serão distribuídos em estabelecimentos da Atenção Primária à Saúde e escolas da rede pública, além de unidades da rede de acolhimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, presídios e instituições para cumprimento de medidas socioeducativas.



QUEM PODERÁ ACESSAR?

O público-alvo é formado por pessoas registradas no Cadastro Único do governo federal e abrange pessoas em situação de rua ou de pobreza.

Inclui ainda pessoas matriculadas na rede pública de ensino estadual, municipal ou federal, em todas as modalidades de ensino, que pertençam a famílias de baixa renda, assim como aquelas que estejam no sistema penal ou cumprindo medidas socioeducativas.



E MAIS...

Também serão realizadas campanhas publicitárias para esclarecer o público sobre os temas relativos à dignidade menstrual e combater a desinformação.

Os agentes públicos que serão responsáveis pela distribuição serão capacitados em cursos de curta duração e ações de educação coletiva.



Fazendo um paralelo com o que foi apresentado, não é difícil relacionar a importância de uma mudança de paradigma da condição das políticas públicas que objetivem o combate de vulnerabilidades socioeconômicas, como é a precariedade menstrual (MOZZATTO; FARIA, 2022). Reforçando que, com modificações no sistema tributário e com políticas públicas, todas as mulheres brasileiras poderiam vir a ter acesso a esse item básico de higiene essencial que é o absorvente feminino (MOREIRA, 2013). Como referência, a Escócia avançou e é o primeiro país a fornecer gratuitamente absorventes higiênicos¹⁰. Esses itens já eram distribuídos gratuitamente nos banheiros de escolas e universidades desde 2018. Entretanto com a nova lei aprovada, todas poderão ter acesso ao absorvente higiênico.

A precariedade menstrual designa um fenômeno que denuncia a grande desigualdade social, de gênero, racial e de renda, sendo caracterizado pela falta de recursos, infraestrutura, educação e acesso. Muitas das meninas que menstruam da classe trabalhadora não tiveram, em algum momento de suas vidas, ou não têm recursos para produtos higiênicos voltados para o período menstrual, tendo que usar métodos alternativos, colocando em risco a sua saúde e, muitas vezes, se privando de acessar espaços públicos e/ou direitos sociais, como educação. Conforme será mostrado a seguir, a sociedade patriarcal sustentada pelo sistema capitalista segrega e exclui menstruantes, principalmente racializadas, impedindo que ocupem lugares de destaque, ou impossibilitando a ascensão dessas em diversas esferas: profissional, acadêmica, etc.

¹⁰ Escócia se torna o primeiro país do mundo a distribuir absorventes gratuitamente. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/16/escocia-se-torna-o-primeiro-pais-do-mundo-a-distribuir-absorventes-femininos-gratuitamente.ghtml>. Acesso em: 08 out. 2022.

6 GÊNERO, RAÇA E CLASSE: UM OLHAR FEMINISTA DECOLONIAL ACERCA DA MENSTRUÇÃO

Este capítulo, por sua vez, traz que a maneira pela qual as pessoas que menstruam vivenciam seu período menstrual se difere de acordo com classe social, local de moradia, raça, etnia e outros marcadores sociais e identitários. Observa-se que o racismo estrutural e as desigualdades socioeconômicas são determinantes para a não fruição de direitos básicos. Nos desafios para promoção da dignidade de quem menstrua, observa-se que o racismo é um fator que impacta o acesso diferenciado à saúde menstrual. Meninas de regiões e bairros periféricos, áreas rurais, povos e comunidades tradicionais têm menor acesso a saneamento básico e a recursos para o manejo da menstruação.

No Brasil, uma menina negra tem o triplo de chance de estar vivendo em situação de precariedade menstrual. Múltiplos fatores buscam explicar as razões pelas quais meninas negras vivenciam maiores violações de direitos humanos, em todas as suas variáveis. Promover a dignidade menstrual não se resume apenas à disponibilização de insumos menstruais, mas repensar as estruturas sociais que normalizam a ausência de direitos humanos para determinados grupos historicamente vulnerabilizados. Portanto, observar e construir essa linha de base sobre essa temática é fundamental para pensar a estruturação de uma estratégia de ação que consiga alcançar esses grupos.

6.1 Perspectivas decoloniais feministas — resistindo à colonização dos corpos

“- Por causa da TPM eu ficava triste, e eu nem sabia o que era TPM!”
(Menstruante Lua).

Carvalho *et al.* (2017, p. 27) argumentam que, ainda se têm enfrentado, em pleno século XXI, “vários problemas sociais decorrentes da falta de equidade de gênero”. E, nessa direção, o feminismo decolonial têm apontado:

Questões importantes para compreender o contexto de países e sociedades que estão ao sul global e cuja herança escravocrata, e seus ecos na história recente, dinamizam as relações de gênero e raça tanto na perspectiva individual quanto coletiva (CURIEL, 2020, p. 141).

Atualmente, o feminismo é o movimento global mais importante em termos de inovação teórica, intervenção social, atuação política e resistência democrática

(BALLESTRIN, 2020). O feminismo de(s)colonial tem proposto reflexões e intervenções de uma forma bastante inovadora.

Não podendo ser reduzido a um feminismo exclusivamente acadêmico ou militante. Construindo-se como um feminismo crítico, radical e autônomo, o feminismo de(s)colonial absorve dos femininos latino-americanos diferentes vertentes, propostas e debates. É fonte de inspiração a heterogeneidade das mulheres como um todo, inseridas em situações e relações de subalternidades diversas e comumente sobrepostas referentes à classe, raça, etnia, cultura, orientação sexual, nacionalidade, geografia (BALLESTRIN, 2020, p. 3).

Os feminismos decoloniais podem ser entendidos como:

Aqueles movimentos de mulheres que identificam na existência de um feminismo hegemônico a promoção de uma outra relação de subalternidade sobre mulheres historicamente subalternizadas. Diante um feminismo hegemônico do Primeiro Mundo ou Norte Global: etilista, ocidental, branco, universalista e etnocêntrico. Isso revela um essencialismo estratégico e binário no interior do próprio feminismo, e, portanto, nas relações intragênero. É importante notar que este antagonismo vai sendo acentuado a partir da identificação e interiorização de outros marcadores que ampliam o leque das interseccionalidades – ao lado de suas categorias centrais (classe, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero (BALLESTRIN, 2020, p. 4).

Foi a produção intelectual de ativistas e intelectuais não brancas que passou a defender de modo assertivo que gênero, raça e classe não operam em separado (PEREIRA, 2022, p. 446)

Como mulheres não brancas e trabalhadoras, e ainda como intelectuais envolvidas em discussões de tópicos estão em pautas – o colonialismo, o racismo, o sexismo, o militarismo e a exploração capitalista -, elas propuseram que o patriarcado, o racismo e o capitalismo, como sistemas de opressão, dominação, exploração, existem e operam de forma articulada, influenciando-se mutuamente (COLLINS; BILGE, 2016).

Apenas o enfoque interseccional sobre as experiências dos setores marginalizados dentro de grupos discriminados (no caso, das mulheres negras) garantiria que análises e políticas de combate à discriminação alcançassem a todas (CRENSHAW, 1989).

Crenshaw concebe a realidade social como constituída por diversos sistemas de discriminação que interagem entre si de maneiras distintas, conformando múltiplas dimensões da experiência. Desse modo, as experiências sociais de sujeitos e de coletividades marginalizadas seriam sempre multidimensionais (PEREIRA, 2022, p. 477).

Ainda que com menor consistência fatores como sexualidade, geração, habilidade/deficiência, nacionalidade, idioma e religião também passaram a ser considerados como sistemas de subordinação imbricados e relevantes à análise social, a depender do contexto (PEREIRA, 2022, p. 446). No caso da precarização da saúde menstrual, seria então possível, pensar de forma categórica e universalizante? Hoje, coletivos feministas do Sul Global, que podem ser chamadas de *feminismos menstruais subalternos latino-americanos*,

foram mais longe ao apontar que a conceitualização negativa e adoencificadora do corpo feminino está enraizada na estigmatização da menstruação. Esse discurso, fonte da cultura colonialista, fez com que o menstruar fosse visto como evidência da sujeira e inferioridade de seus corpos. Em reação a isso, as feministas menstruadoras do Sul Global, geralmente agrupadas em coletivos, buscaram referências simbólicas entre as culturas indígenas que lhes permitem reconceitualizar a menstruação fora da inferioridade com a qual ela é simbolizada na cultura colonialista (GUILLO, 2013, p. 233).

Moreira (2011) resgata que,

as representações do corpo menstruado como um lugar de impureza e imundície é histórica e tem profundas raízes na tradição judaico-cristã, quando à mulher eram impostas restrições e cuidados que deveriam ser observados à risca durante o período em que estivesse menstruada, como se manter separada do esposo. A associação da menstruação a sujeira e impureza não é nova; o intrigante hoje são as práticas e discursos voltados não para “limpar a impureza” do corpo menstruado, mas, ao que parece, para “corrigir um defeito” (MOREIRA, 2011, p. 1).

O sangue, enquanto resíduo regularmente expelido pelo corpo, torna-se um pretexto para promover, enraizar e naturalizar um conjunto de práticas e discursos em torno da menstruação, especificamente, e, de um modo mais geral, em torno das subjetividades e dos corpos que as representam. Para Sala (2020, p. 1) “a menstruação foi parte de uma colonização patriarcal dos corpos ao longo da história do pensamento ocidental”. Assim,

que duração, que frequência, que tipo de sangramento, que práticas femininas foram as melhores para lidar com o sangue, o que comer, como dormir, que atividades fazer naqueles dias, como se limpar ou como proteger o corpo de germes em vista de sua única função vital, a maternidade, foram algumas das diretrizes que circularam por muito tempo (TARZIBACHI, 2017, p. 66)

Logo, as feministas menstruadoras reivindicam e ressaltam a importância de valorizar as culturas,

de respeitar os povos, de preservar e ampliar as trocas interculturais e de compreender o lugar social de onde cada menstruante fala e como o fortalecimento

das matrizes culturais é ponto de fortalecimento da identidade e da saúde. Esse movimento propicia a compreensão profunda dos diferentes mundos, dos diversos campos de significados, das variadas formas de ser e estar no mundo e dos múltiplos saberes, histórica e culturalmente constituídos (SALA, 2020, p. 7).

Alguns dos elementos centrais de debate e discussão deste movimento estão atualmente buscando a ressignificação da menstruação em uma chave criativa e não – ou não apenas – reprodutiva:

O autoconhecimento, a auto-exploração e o autocuidado são defendidos como ferramentas para a reapropriação de um conhecimento/poder corporal que é considerado expropriado e ideologicamente colonizado; o prazer carnal feminino é tornado visível; e os abusos do poder da ginecologia, uma disciplina da modernidade dominada pelo olhar masculino, continuam a ser denunciados (SALA, 2020, p. 4).

A geopolítica do poder faz com que alguns tenham mais espaço de fala que outros (DINIZ; GEBARA, 2022). As mulheres, principalmente as subalternizadas sempre falaram, sua voz é que foi desconsiderada como legítima (SPIVAK, 2010). O poder de falar é menos sobre a pronúncia e mais sobre a circulação da palavra ou, segundo Ribeiro (2019, p. 66), “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” – para escutar a pronúncia é preciso atentar ao espaço existencial de quem fala. Um espaço que é biografia, corpo e território (RIBEIRO, 2019).

O silenciamento dos diferentes saberes e modos de viver a menstruação contribui para o quadro de precarização, já que a visão ocidental colonial-capitalista-patriarcal-branca se apresenta como única alternativa viável desconhecendo que a experiência de menstruar é diferente para cada pessoa, modos de vida e existência. O corpo, nessa perspectiva, é entendido como “uma territorialidade que deve ser reapropriada e descolonizada” (SALA, 2020, p. 5) tanto pela linguagem que o nomeia e o constrange, quanto por aqueles que o habitam e o sentem.

A supressão da menstruação tem sido cada vez mais defendida por diferentes saberes médicos e, atualmente, esse discurso tem influenciado a decisão de vários corpos menstruantos que optam por suprimir os sangramentos mensais, seja por vontade própria ou por indicação médica.

Entretanto, a supressão da menstruação ainda é um tema que gera controvérsias. A ‘doencificação’ do corpo que menstrua se apresenta como fruto de uma medicalização que trata a gravidez e a menopausa como doença, transforma a menstruação em distúrbio crônico e o parto em evento cirúrgico (VIEIRA, 2002, p. 24-25).

Fica evidente, assim, que a construção da corporeidade de quem menstrua é marcada desde o princípio pela doencificação. Numa perspectiva decolonial, a partir do entendimento sobre as três colonialidades fundamentais da modernidade – as colonialidades do ser, do poder e do saber (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 49) –, a patologização e a criminalização de determinados corpos e práticas, “no que diz respeito às inscrições corporais, são produto de um saber colonial, eurocêntrico e violento, que aniquila expressões corporais não condizentes com o seu ideal” (PFEIL; PFEIL, 2022, p. 3).

Dessa maneira, pensar o corpo que menstrua como “um diálogo de saberes” como propõem as autoras decoloniais feministas Castillo-Muñoz e Mora-Guerrero (2021), é pensar uma nova construção de corporeidade e existência menstruante que contribua para o questionamento do feminismo ocidental, em sua expressão menstrual, sobre suas possibilidades de reconhecimento dos corpos racializados.

Em termos práticos, contribui para repensar os estudos sobre os corpos que menstruam, e, a partir daí, propor intervenções em saúde de acordo com suas realidades histórica e espacialmente situadas. O corpo que menstrua pode ser compreendido em termos de um diálogo de saberes? Esta é a questão que subjaz aos estudos decoloniais e que convida futuras investigações a aprofundar as possibilidades de as feministas menstruadas do Sul se reconhecerem nas suas diferenças.

6.2 As políticas de enfrentamento à precariedade menstrual no Brasil precisam ser antirracistas?

“ - Como foi não contar pra ninguém que você tinha menstruado?
 - Foi horrível, depois minha avó descobriu. Não contei porque fiquei com muita vergonha, só queria que parasse!”
 (Menstruante Fogo).

De acordo com Schwarcz (2019, p. 145), gênero, raça e classe são marcadores sociais, capazes de produzir e reproduzir, “diversas formas de hierarquia e subordinação”. Nesse contexto, raça e classe fazem com que hierarquias de gênero assumam formas diferenciadas. Além disso, de modo geral, a opressão que as mulheres sofrem em relação à divisão sexual do trabalho demonstra que há impactos diferenciados que recaem sobre as mulheres negras em função dos atravessamentos de raça.

No Brasil, “devido a todo o contexto histórico de abuso e exploração da população negra” (CARNEIRO, 2003, p. 49), as políticas sociais, de saúde e de enfrentamento à pobreza

menstrual apresentam uma complexidade particular, pois “há ampla heterogeneidade na interação entre fenômenos simultâneos e interconectados, como, por exemplo, a luta contra a pobreza e o racismo” (DUGAND; MENEZES, 2019, p. 17).

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar – PENSE (BRASIL, 2015) – IBGE, estima-se que 200 mil meninas estudantes dos ensinos fundamental e médio no Brasil moram em residências sem banheiro, das quais, mais da metade são meninas negras, e isso incide diretamente em faltas, sequenciais, regulares mensais que, conjugadas a outras questões, constroem a evasão escolar e a manutenção de ciclos de pobreza.

Quando se trata da situação domiciliar, os dados não são menos alarmantes. Com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2017 – (BRASIL, 2018), são 713 mil meninas sem acesso a banheiros em seus domicílios. 88,7% delas, mais de 632 mil meninas, vivem sem acesso a sequer um banheiro de uso comum na propriedade. Quase 652 mil meninas (6% do total) não possuem acesso a pias ou lavatórios para realizar a higiene das mãos após o uso do banheiro de suas escolas. Segundo o relatório, mais de 3,5 milhões de meninas estudam em escolas que não disponibilizam sabão para higienizar suas mãos de maneira correta e efetiva. 62,6% dessas meninas são pretas e pardas, totalizando 2,25 milhões de alunas.

Não obstante, quando se analisa a precariedade menstrual com o recorte racial no Brasil, percebe-se que a problemática tem maior impacto no grupo de pessoas negras, tornando preciso considerar esse marcador social. O capítulo “Menstruar em Casa” que compõe o relatório “Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos” traz dados acerca das características da experiência das meninas sobre menstruar em casa, nele consta que:

Ao analisarmos as informações relativas ao destino do esgoto, chegamos ao estarrecedor dado de 6,5 milhões de meninas que vivem em casas em que o escoadouro não está ligado à rede, usando vala, fossa não ligada à rede, rios, lagos, mar, ou outras formas. É interessante salientar que enquanto cerca de 24% das meninas brancas residem em locais avaliados como não tendo serviços de esgotamento sanitário, temos quase 37% das meninas negras vivendo em iguais condições (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 23).

E acrescenta ainda: “assim como no caso do esgotamento, podemos verificar a variação entre as taxas, quando comparamos raças: enquanto cerca de 7% das meninas brancas não têm acesso a serviços de coleta de lixo, essa taxa duplica entre as meninas negras” (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 23). O estudo “Pobreza menstrual e a educação de meninas” (BAHIA, 2021) denuncia que 65% das atingidas pela precariedade menstrual nas escolas brasileiras são meninas negras e quase a totalidade está na rede pública de ensino

Figura 16 – 65% das 213 mil meninas atingidas pela precariedade menstrual nas escolas brasileiras são negras e quase a totalidade estuda em escolas públicas.



Fonte: Relatório “Pobreza menstrual e a educação de meninas”, idealizado e realizado por Girl Up em parceria com a Herself Brasil, 2021.

À vista disso, não é possível pensar em precariedade menstrual sem considerar as múltiplas realidades do Brasil, pois “essa visibilidade da interação entre distintos marcadores evidencia uma profunda desigualdade no acesso às condições mínimas para o cuidado menstrual” (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 6).

É importante frisar, então, que os corpos que vivenciam a precariedade menstrual em sua pior face, tem raça, classe e gênero, embora não atinja somente pessoas pertencentes às classes pobres, hegemonicamente é fruto de toda essa estrutura dominante e suas implicações afetam diretamente e com maior intensidade os corpos empobrecidos. E “elas detêm raça – pretas e pardas” (SOUSA, 2022, p. 30).

Que inclusive na unicidade das opressões patriarcais, racistas e capitalistas são as corporeidades mais afetadas, sobretudo pela precariedade menstrual no Brasil. Torna-se, assim, imprescindível que as políticas e iniciativas de enfrentamento à precariedade menstrual no Brasil sejam também antirracistas. Visto que, a maior parte das atingidas pela precarização do acesso à saúde e cuidado menstrual são meninas negras, conforme demonstra o relatório da UNICEF e UNFPA (2021).

Pois, para se pensar em saúde e direitos menstruais tem que se considerar as múltiplas realidades no Brasil. Portanto, é preciso uma abordagem da questão considerando diversidades raciais, sociais, culturais, territoriais, entre outras, a fim de enfrentar o problema e elaborar soluções adequadas. Já que não se tratam de categorias homogêneas, a interação entre os distintos marcadores evidencia uma profunda desigualdade no acesso às condições mínimas para o cuidado menstrual, principalmente na grande parte dos espaços escolares brasileiros, conforme será apresentado a seguir.

7 PRECARIEDADE MENSTRUAL, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo apresenta como falar sobre a saúde menstrual, principalmente no âmbito da educação, publicamente tem a ver com o romper de uma cultura discriminatória relativa à menstruação. Estudantes que menstruam têm seus direitos à escola de qualidade, moradia digna, saúde, incluindo sexual e reprodutiva violados, quando seus direitos à água, ao saneamento e à saúde não são garantidos nos espaços em que convivem e passam boa parte de sua vida. A associação de falta às aulas durante os períodos menstruais não acontece somente por eventuais desconfortos fisiológicos, mas muitas vezes por falta de condições de garantir o cuidado durante o período nas escolas ou encarar discriminações e preconceitos. A dignidade menstrual deve ser garantida, pois é uma questão de direitos humanos. Buscamos espaços não discriminatórios em relação às meninas que menstruam nas escolas. Romper mitos e transformar essa realidade com ações de sensibilização e educativas é também buscar equidade de gênero e justiça social.

7.1 Menstruar nas escolas brasileiras

“- Como é menstruar na escola?
- É ruim!”
(Menstruante Árvore).

A distribuição espacial nas escolas, principalmente para quem menstrua, é sintoma de um Brasil desigual.

713 mil meninas vivem sem acesso a banheiro ou chuveiro em seu domicílio e mais de 4 milhões não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas. Além da privação de chuveiros em suas residências, 4 milhões de meninas sofrem com pelo menos uma privação de higiene nas escolas. Isso inclui falta de acesso a absorventes e instalações básicas nas escolas, como banheiros e sabonetes. Dessas, quase 200 mil alunas estão privadas de condições mínimas para cuidar da sua menstruação na escola (UNICEF; UNFPA, 2021).

As más condições de acesso à saúde e higiene menstrual presentes nas escolas acabam se mostrando um desafio para o acesso à educação de meninas porque:

A falta de privacidade, lavatórios e privadas, muitas vezes impede que alunas/os usem o banheiro na escola. Além disso, quando as escolas não têm estruturas apropriadas para as professoras, muitas vezes há menos professoras mulheres e, portanto, menos exemplos para as meninas. Por último, a falta de água, sabão e outras instalações sanitárias inibe as meninas de cuidar de suas necessidades de higiene (UNICEF *et al*, 2015, p. 12).

Esse dado é confirmado através da fala e experiência da *menstruante água* durante a entrevista individual:

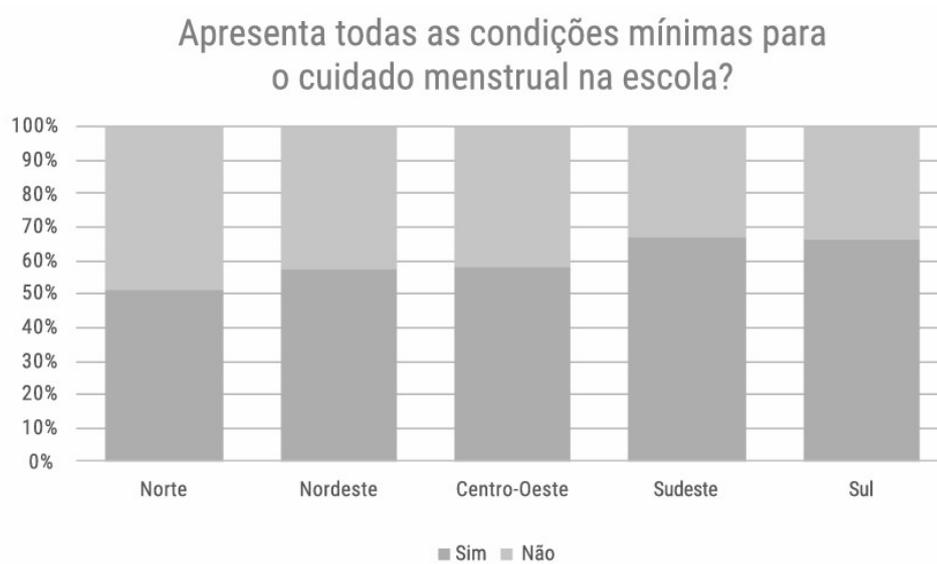
“ - Porque eu sinto bastante cólica, principalmente no primeiro dia que ela vem e às vezes também os guris ficam rindo, vendo marca, absorvente ou às vezes dá uma vazada e quando a gente pega o absorvente também tipo é bem desconfortável isso, ficar andando pela escola com o pacote de absorventes.”

Observa-se que a chegada da menstruação, impõe às estudantes a necessidade do uso de produtos de saúde e cuidado menstrual para a realização de atividades cotidianas elementares, “dentre elas deslocar-se, estar e permanecer na escola, ambiente no qual passam de três a sete anos da sua vida escolar menstruando” (UNICEF *et al*, 2015, p. 7). O Brasil tem hoje cerca de 7,5 milhões de meninas que menstruam na escola. Quase 90% delas frequentam a rede pública de ensino (BAHIA *et al*, 2021, p. 17). Dessa forma, podemos questionar, estão as escolas brasileiras preparadas para receber as meninas que menstruam?

Mais de 4 milhões de meninas (38,1% do total das estudantes) frequentam escolas com a privação de pelo menos um dos requisitos mínimos de higiene. Essas condições, avaliadas pelas variáveis que indicam a disponibilidade na escola de banheiros em condições de uso, com a presença de pias ou lavatórios, papel higiênico e sabão, estão completamente ausentes nas escolas em que estudam quase 200 mil alunas diariamente e que não podem contar com nenhum item de higiene básica investigado no seu ambiente escolar, onde comumente passam grande parte do seu dia (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 19)

Em síntese, o relatório aponta que quase 200 mil alunas das cinco regiões brasileiras estão totalmente privadas de condições mínimas para cuidar da sua menstruação na escola. Comparando as grandes regiões do país, nota-se que proporcionalmente a cada 10 meninas da região Sudeste que não têm insumos de cuidado menstrual disponíveis (como papel higiênico, absorventes, sabonetes, lavatórios, sanitários, etc), existem 23 na mesma condição na região Centro-Oeste. E ainda usando a região Sudeste como referência, o risco relativo de que uma menina da região Norte não tenha estes insumos nas escolas é de impressionantes 271% a mais

Figura 17 – Regiões que apresentam escolas com condições mínimas para cuidar da menstruação.



Fonte: Relatório “Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos”, UNICEF & UNFPA, 2021.

Conforme o cenário apresentado acima, menstruar com dignidade não faz parte da realidade de milhões de meninas em idade escolar. O levantamento feito pela UNICEF e UNFPA (2021), com dados da Pesquisa Nacional de Saúde, de 2013 a 2018, mostra que mais de 4 milhões de meninas, entre 10 a 19 anos, não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas no Brasil. A população brasileira nesta faixa etária é de 15,5 milhões de adolescentes, de acordo com a pesquisa.

A única informação disponível relativa à saúde menstrual de meninas a partir de 14 anos no Brasil aparece na Política Nacional de Saúde 2013¹¹, em uma categoria que aponta o afastamento das atividades habituais por conta de problemas menstruais, levando cerca de 22 mil meninas a deixar de trabalhar, ir à escola, brincar, ou realizar afazeres domésticos.

Pesquisas realizadas em alguns países (HA; ALAM, 2022; MEHJABEEN *et al.*, 2022; SHAH *et al.*, 2022; MIIRO *et al.*, 2018) apontam que a falta de recursos básicos afeta a permanência de estudantes nas aulas durante o período menstrual e que a prevalência de absenteísmo escolar entre meninas durante a menstruação era de 59%. Outra pesquisa relata a associação da menstruação e absenteísmo escolar, com 10% das meninas dizendo que, em geral, não frequentavam a escola durante a menstruação e cerca de 20% relatando faltar pelo menos 1 dia de escola durante a menstruação (KUMBENI *et al.*, 2021).

11 BRASIL. Ministério da Saúde. Caderneta de Saúde da Adolescente. 50 (2013).

O fenômeno da precariedade nas escolas demonstra que:

Negligenciamos as condições mínimas para a garantia da dignidade do ser humano ignorando as necessidades fisiológicas de cerca de metade da humanidade, as meninas e mulheres. A partir dessa negligência, pode surgir a urgência de remediar os problemas, evitáveis, decorrentes da falta de manejo adequado da menstruação. Problemas esses que seriam facilmente prevenidos com os devidos investimentos em infraestrutura e acesso aos produtos menstruais. Além disso, quando vivenciada desde a infância, a precariedade menstrual pode resultar ainda em sofrimentos emocionais que dificultam o desenvolvimento de uma mulher adulta com seus potenciais plenamente explorados (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 26).

O alto custo dos produtos de cuidado menstrual, aliado a outros fatores socioeconômicos e culturais, impedem, muitas vezes, o acesso de várias estudantes a estes produtos menstruais, impedindo-as de se apresentarem no ambiente escolar em condições dignas (MOTTA; BRITO, 2021). Tal constatação afronta, assim, o preceito fundamental básico da educação, à medida que obstaculiza o direito de acesso e permanência na escola.

7.2 Conhecendo o programa de fornecimento de absorventes higiênicos “Entre Nós” em São Sepé/RS

“- E o que deixa o menstruar desconfortável?
- Ficar com medo de que o absorvente vaze!”
(Menstruante Terra).

É possível notar que, hoje, o Brasil apresenta algumas políticas públicas que demonstram que o país deu um pontapé inicial na busca por uma solução para a questão da precariedade menstrual, mas é notório que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Considerando que a falta de dignidade menstrual é um fenômeno multifatorial, é possível compreender que a melhora do cenário atual envolve medidas que devem tocar em diferentes aspectos da questão.

Em julho de 2021, o Poder Legislativo de São Sepé, cidade localizada no interior do Rio Grande do Sul, aprovou um projeto de lei de autoria do Vereador Matheus Leão, que institui o Programa de Fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas municipais. O projeto busca garantir a dignidade menstrual das jovens estudantes do município, e ainda, ampliar o acesso à informação sobre menstruação nas escolas. No Poder Executivo, através das Secretarias da Saúde e da Educação, o projeto recebeu o nome: “Entre Nós”. Os objetivos do Programa são:

I – Combater a precariedade menstrual; II – Promover a atenção integral à saúde da mulher e aos cuidados básicos decorrentes da menstruação; III – Garantir a universalização do acesso às estudantes carentes em situação de vulnerabilidade econômica aos absorventes higiênicos, durante o ciclo menstrual; IV – Proporcionar o acesso a produtos de higiene às estudantes das escolas municipais; V – Evitar que as estudantes se ausentem das aulas por falta de absorvente higiênico; VI – Prevenir doenças pelo uso prolongado do absorvente higiênico (LEÃO *et al.*, 2021, p. 1).

Conforme indica o documento, as ações do Programa de Fornecimento de absorventes higiênicos “poderão ser realizadas pelo Poder Público, por instituições de ensino, entidades representativas de classe e pelas organizações da sociedade civil isoladamente ou em parceria” (LEÃO *et al.*, 2021, p. 2). E consistem nas seguintes diretrizes básicas:

I – Desenvolvimento de ações que visem ao desenvolvimento do pensamento livre de preconceito em torno da menstruação; II – Incentivo a palestras e cursos nos quais a menstruação seja abordada como um processo natural do corpo feminino, com vistas à proteção à saúde da mulher; III – Elaboração e distribuição de cartilhas e folhetos explicativos que abordem o tema da menstruação, objetivando ampliar o conhecimento e desmistificar a questão; IV – Disponibilização de absorventes às alunas da rede municipal de ensino (LEÃO *et al.*, 2021, p. 1-2).

Na manhã da quinta-feira, do dia 19 de maio de 2022, na presença de autoridades municipais, professores e alunas, os primeiros pacotes de absorventes foram entregues para as estudantes do município. Os 350 pacotes do material foram entregues nas sete escolas municipais de São Sepé/RS. Conforme a Secretaria da Educação de São Sepé informou, todos os meses uma nova leva do produto é enviada para as instituições de ensino. “Esse é um assunto muito delicado e trata da saúde pública das adolescentes do nosso município. Ter o executivo ao nosso lado é muito importante, pois com certeza é uma pequena ação que vai impactar a vida dessas jovens meninas”, apontou o Vereador Matheus Leão na entrevista ao *Jornal A Palavra*¹².

Figura 18 – Primeiros absorventes do Programa Entre Nós são entregues às alunas do município de São Sepé.

¹²Primeiros absorventes do Programa Entre Nós são entregues às alunas do município. <https://jornalpalavra.com/index.php/2022/05/primeiros-absorventes-do-programa-entre-nos-sao-entregues-as-alunas-do-municipio/>



Fonte: Redação Jornal A Palavra, 2022.

A lei municipal consiste ainda em atividades dentro das escolas, com conscientização e orientações a respeito da saúde menstrual e da desmistificação da menstruação, e, para isso, exige a articulação entre a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e da Secretaria Municipal de Educação (SMED).

Eu acho que a saúde poderia ajudar bem mais, sabe? A Secretaria de Saúde dos municípios poderiam fazer mais trabalhos que viessem pro espaço escolar e trazer esses assuntos pra uma abordagem bem específica da área mesmo, porque a gente não é formado pra isso, né? Então, a gente discute temas transversais, de acordo com a lei, né? Que existe, a gente trabalha como transversalidade, mais específicos, um profissional, né? Nada melhor do que um profissional pra falar especificamente (Diretora da escola).

A presente pesquisa apontou que o Programa Entre Nós ajuda na permanência das estudantes menstruadas na escola. Nas palavras delas, as políticas sociais que de combate à precariedade menstrual ajudam essas estudantes que menstruam a se manterem na escola.

- Ajuda sim! Ajuda muito, muito mesmo (Coordenadora da escola).

- Sim, com certeza! Quando os absorventes terminam, elas tão: “ai, diretora eu preciso” ai elas acabam vindo, elas sobem aqui, elas pegam, elas pedem, né? Então, assim elas sabem que tem a segurança de que se elas precisarem elas vão ter na escola um absorvente disponível pra elas. Então já não seria o motivo pelo qual elas

não viriam pra escola porque a escola tem um absorvente pra oferecer, e diante deste projeto que veio né? (Diretora da escola).

- Qual a opinião de vocês sobre a política municipal de absorventes?
- Não gostamos, porque obriga a gente a vir na escola, já que tem absorvente, a gente não pode faltar (risos)! (MenstruanteS).

Essas falas demonstram que defender a distribuição de absorventes nas escolas é uma forma de melhorar a dignidade e garantir o direito humano à educação. Por isso, precisamos garantir a sua permanência, pois a presença dos absorventes nas escolas se mostra fundamental. Também é necessário que se façam campanhas dentro das escolas para que as estudantes possam lidar bem com a própria menstruação e ter saúde. Uma saúde menstrual prejudicada vai, no futuro, levar essas jovens a buscar mais os equipamentos de saúde. Portanto, precisamos fazer a prevenção, para prover e proteger a saúde menstrual integral.

Verificou-se que a distribuição dos 350 pacotes de absorventes nas sete escolas municipais continua acontecendo mensalmente. Contudo, conforme relatos da coordenação e direção da escola, a distribuição não ocorre durante o período de férias, desta maneira, durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro as alunas não recebem os absorventes. O que nos leva a questionar como fica garantido a dignidade e a saúde menstrual das 50 estudantes da escola municipal de ensino fundamental P. M. J. V. que recebem os absorventes nesse período. Denunciando que é preciso que se amplie o olhar das políticas e iniciativas municipais, estaduais e federais de enfrentamento à precariedade menstrual, mostrando que a questão é complexa e contém múltiplas faces, exigindo que as ações à respeito não sejam unilaterais.

Como mostrado, os primeiros passos já foram dados, com a aprovação de leis e a implementação de políticas públicas. Mas ainda são necessárias medidas mais amplas e inclusivas para superar todas as dificuldades de acesso a absorventes e outros itens de cuidado a todas as meninas que menstruam, sobretudo aquelas que estão em situação de vulnerabilidade social. Sendo importante ressaltar que, além de um direito, distribuir os absorventes é uma questão de saúde pública.

7.3 Menstruar é revolucionário — nota sobre educação menstrual

“- A gente já teve roda de conversa sobre depressão, ansiedade, mas nunca falamos de menstruação, eu achei legal!”
(Menstruante Flor).

“*Menstruar é revolucionário!*”, assim diz o trecho de um canto bem famoso do ativismo menstrual feminista. Na falta de políticas públicas eficazes, os movimentos sociais precisam conquistar esses avanços, precisam revolucionar esse campo. Já que, com a escassez de mulheres e outras pessoas sensíveis ao assunto nos espaços de poder, é difícil progredir. As situações de cada grupo social são diversas, portanto não existe uma única solução para a precariedade menstrual. Em um país que não garante muitas das condições básicas para a mudança desse cenário, todas precisamos ser ativistas menstruais. Mas para isso, precisamos ser educadas menstrualmente.

A maior parte dos projetos de lei apresentados no Brasil trazem a educação menstrual como peça fundamental para o enfrentamento da precariedade menstrual. De acordo com a UNICEF e a UNFPA (2021, p. 21):

A educação integral em sexualidade, incluindo a educação menstrual, deve ser mais amplamente difundida, não apenas com o enfoque para prevenção à gravidez não intencional, mas também como uma ferramenta para que as pessoas que menstruam conheçam seus próprios corpos, conheçam seu ciclo menstrual e haja promoção de bem-estar. Esse conhecimento deve levar a superar mitos de inferioridade feminina que apontam a menstruação como podridão, indignidade ou como falha em produzir uma gravidez. Deve ainda contribuir para derrubar mitos de que os produtos menstruais internos (absorvente interno, coletor) “tiram a virgindade” ou “podem se perder dentro do corpo.

Acrescentam ainda que, é necessário também que tenhamos educação menstrual apropriada para cada idade.

De forma que casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes venham à tona mais precocemente, evitando que só sejam descobertos após a gravidez da menina que, em alguns casos, nem chega a ter a menarca e logo fica grávida em virtude da repetição dos abusos frequentes durante muitos anos. Além disso, por vezes a primeira menstruação acontece quando não está presente uma pessoa que já vivenciou a menstruação próximo à criança ou adolescente. Dessa forma, é fundamental que todas as pessoas estejam também bem-informadas para que não pratiquem discriminação caso haja vazamento do sangue menstrual e especialmente os responsáveis possam auxiliar respeitosamente a menina nesse momento, que pode ser assustador para ela mesmo quando munida de alguma informação (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 22).

É importante que as ações direcionadas à educação menstrual nas escolas brasileiras estejam orientadas de acordo com a nova perspectiva de saúde menstrual definida “como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade, em relação ao ciclo menstrual” e complementada por uma descrição dos requisitos para alcançar a saúde menstrual ao longo da vida (HENNEGAN *et al.*, 2021, p. 32).

Essa definição de saúde menstrual procura desenvolver uma compreensão diferenciada das experiências menstruais e suas intersecções com a saúde física, mental e social”, e defende que para alcançar a saúde menstrual implica que mulheres, meninas e todas as outras pessoas que experimentam um ciclo menstrual, ao longo de sua vida, sejam capazes de:

1) acessar informações precisas, oportunas e apropriadas à idade sobre o ciclo menstrual, menstruação e mudanças experimentadas ao longo da vida, bem como práticas de autocuidado e higiene relacionadas. 2) cuidar de seus corpos durante a menstruação para que suas preferências, higiene, conforto, privacidade e segurança sejam apoiadas. Isso inclui acessar e usar materiais menstruais eficazes e acessíveis e ter instalações e serviços de apoio, incluindo serviços de água, saneamento e higiene, para lavar o corpo e as mãos, trocar os materiais menstruais e limpar e/ou descartar os materiais usados. 3) acessar diagnóstico oportuno, tratamento e cuidados para desconfortos e distúrbios relacionados ao ciclo menstrual, incluindo acesso a serviços e recursos de saúde apropriados, alívio da dor e estratégias de autocuidado. 4) experimentar um ambiente positivo e respeitoso em relação ao ciclo menstrual, livre de estigma e sofrimento psicológico, incluindo os recursos e apoio de que precisam para cuidar com confiança de seus corpos e tomar decisões informadas sobre o autocuidado ao longo do ciclo menstrual. 5) decidir se e como participar de todas as esferas da vida, incluindo civil, cultural, econômica, social e política, durante todas as fases do ciclo menstrual, livre de exclusão, restrição, discriminação, coerção e/ou violências relacionadas à menstruação (HENNEGAN *et al.*, 2021, p. 33).

Para garantir a saúde menstrual, as mulheres, meninas e outras pessoas que vivenciam um ciclo menstrual devem ter acesso a informações biológicas e práticas precisas.

O conhecimento prático, como informações sobre saúde, nutrição e autocuidado, capacita aquelas que menstruam para tomar decisões informadas, apoia o alívio de desconfortos e a autonomia corporal. Além disso, informações precisas podem dismantelar conceitos errados e tabus que comprometem a saúde menstrual. O fornecimento desta informação deve ser oportuno para apoiar o bem-estar mental e equipar as pessoas que passam por um ciclo menstrual para determinar quais alterações são normais e quais podem exigir atenção médica. Por exemplo, as informações sobre a menstruação devem ser fornecidas antes da menarca. Da mesma forma, o conhecimento sobre alterações no ciclo menstrual devido a métodos contraceptivos. Finalmente, para que a informação seja acessível e compreendida, ela precisa ser adequada à idade e estar em formatos adequados para pessoas com diferentes deficiências (HENNEGAN *et al.*, 2021, p. 33).

Assim, as estudantes devem ter direito poder cuidar de seu corpo com o nível de privacidade que desejam, de modo que “se sintam livres de observações ou perturbações indesejadas, e em segurança, de modo que estejam protegidas do risco de danos físicos, emocionais ou sociais” (HENNEGAN *et al.*, 2021, p. 34). A segurança deve, portanto, ser considerada nas infraestruturas e serviços, e, também, na qualidade e oferta dos materiais menstruais.

Em síntese, as práticas de educação menstrual devem apoiar a saúde e minimizar o risco de danos emocionais, psíquicos, físicos, sociais, etc. E, acima de tudo, defender uma

perspectiva de educação menstrual onde as estudantes sejam ou se tornem capazes de selecionar práticas de cuidados que sejam preferíveis e confortáveis para elas e de poder acessar os recursos necessários para esse cuidado. Sem isso, é mais difícil para elas se apropriarem e lutarem por esse direito.

Quando a gente teve que lançar esse projeto aqui do município, as meninas tinham uma certa vergonha de pegar o absorvente, né? Queriam que a gente escondesse “a prof me daqui” e guardava no bolso né? Não queriam mostrar como se aquilo fosse vergonhoso. Então a gente teve algumas falas com elas em coletivo assim e junto com os meninos depois também pra fazer esse empoderamento né? Que os meninos também tem que ter um cuidado, tem que ter o respeito que o corpo da mulher tem característica e que isso não é algo que dê vergonha, né? Então a gente conversa sim quando surge, mas não existe um projeto específico né? De hoje falaremos sobre menstruação (Diretora da Escola).

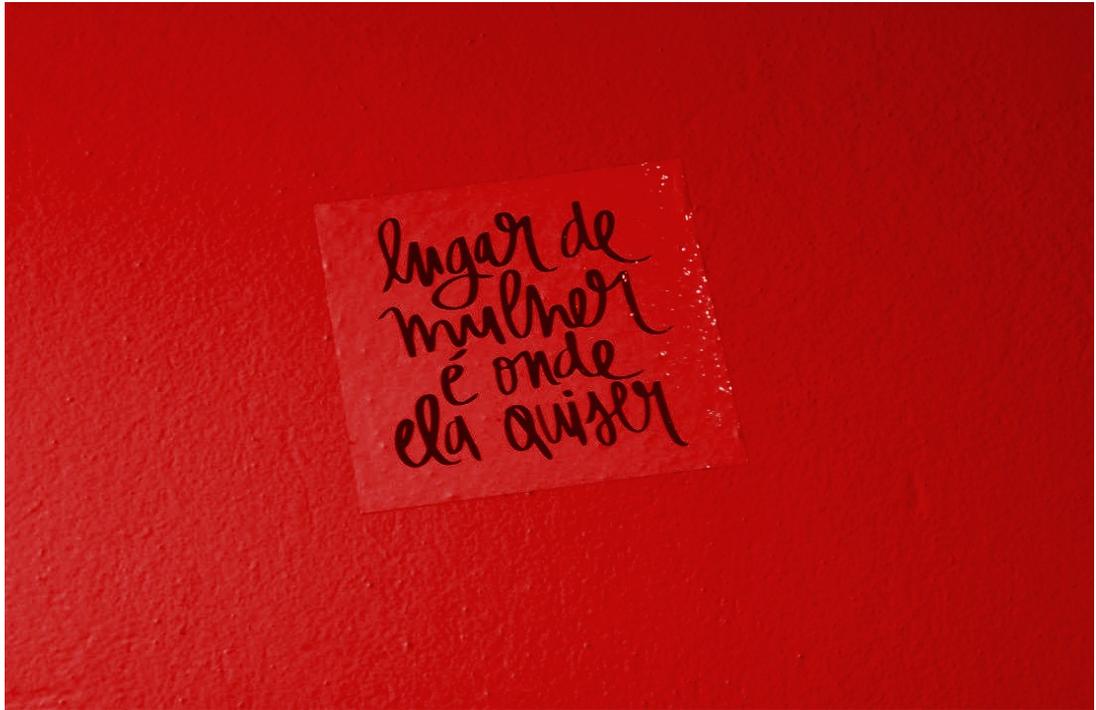
A coordenadora da escola, acrescenta:

Quando elas perguntam, a gente sempre tenta auxiliar, né? A gente percebe que tem famílias que são mais fechadas, algumas meninas demonstram na conversa delas que por exemplo em casa a mãe ou avó nunca falaram sobre a menstruação e algumas que começam a menstruar e não nem sabem o que que aquilo significa nem o que que está acontecendo né? Teve um relato de uma menina que ela disse que ficou dois dias sangrando e que ninguém tinha dito pra ela na casa dela o que que aquilo era, então assim tem essas coisas né que às vezes as pessoas em casa também tem não sabem como abordar tem vergonha ou talvez já foram criadas assim quando eram mais jovens não sabem também educar depois de uma forma mais aberta né mas a gente fala sempre de acordo com a necessidade. Não existe um projeto específico pra isso (Coordenadora da Escola).

As falas acima apontam a necessidade de se reconhecer que, apesar dos recentes investimentos em ações e discussões acerca do tema, a saúde menstrual está (como, historicamente, sempre esteve) em um momento crítico. Embora continuem ganhando força, os esforços atuais correm o risco de serem isolados e desarticulados. A maneira pela qual as pessoas que menstruam vivenciam seu período menstrual se difere de acordo com classe social, local de moradia, raça, etnia, deficiência e outros marcadores sociais e identitários.

A promoção da dignidade menstrual engloba saúde, educação e os fatores estruturais mais amplos, como acesso à água e infraestrutura sanitária e de descarte seguro, educação, tecnologias de gestão menstrual seguras e acessíveis, serviços de saúde de qualidade, e normas culturais, vinculando, assim, a menstruação ao bem-estar físico e emocional, à igualdade de gênero, à educação, aos direitos sexuais e reprodutivos e à justiça reprodutiva. Portanto, uma compreensão partilhada e coletiva dos direitos e da saúde menstrual ajudar-nos-á a abordar as necessidades menstruais de forma holística para apoiar a realização de uma série de direitos humanos.

Figura 19 – Colagem no banheiro feminino da Escola Municipal de Ensino Fundamental P. M. J. V. em São Sepé/RS.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

8 CONSIDERAÇÕES CONTÍNUAS

Ninguém sabe antecipadamente de que afetos é capaz. Ninguém sabe antecipadamente como se aprende, é uma longa história de experimentação.

(DELEUZE, 1988, p. 54).

Esta dissertação retrata um contexto caracterizado por um número significativo de estudantes sem acesso a direitos, espaços e produtos adequados para a sua saúde durante o ciclo menstrual na escola. A pesquisa apontou que o investimento em políticas públicas através de programas sociais como o de fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas “Entre Nós” em São Sepé, contribuiu e continua contribuindo para a permanência das estudantes menstruadas nas aulas, garantindo seu direito humano à educação. Contudo, somente distribuir os absorventes nas escolas públicas não se mostra eficaz o suficiente para se enfrentar a precariedade menstrual. É necessário uma série de medidas, ações e políticas que interseccionam diferentes âmbitos dos direitos humanos e do contexto escolar, como por exemplo, a educação menstrual para sua resolução.

Pois, nesse contexto, são geradas amplas consequências sociais, como por exemplo, o absenteísmo e até o abandono escolar. Além disso, a existência de crenças e tabus acerca da menstruação impacta negativamente na vida de pessoas que menstruam, tendo como origem a falta de educação sobre o corpo. Por esse motivo, fazem-se necessárias estratégias de comunicação em saúde acessíveis para os diversos grupos sociais, que desmitifiquem a menstruação e colaborem com as boas práticas de cuidado.

É importante salientar que houve um progresso recente em termos de promoção da saúde menstrual. Contudo, é necessário destacar que combater a precariedade menstrual significa muito mais do que apenas fornecer absorventes. É preciso atender a todos os aspectos básicos, como saneamento, condições de moradia, acesso aos serviços de saúde, ambientes escolares e de trabalho adequados, com colaboração conjunta de profissionais de saúde, gestão pública, sociedade civil e população em geral. Também há o reconhecimento que houve avanços no Legislativo e no Judiciário quanto aos direitos pertinentes à gestão da saúde menstrual. Todavia, o progresso não foi suficiente para atender as demandas, especialmente evidenciadas e derivadas dos insistentes ataques e precários investimentos às políticas públicas voltadas às dimensões de gênero e sexualidade no Brasil nos últimos anos.

Essencialmente, nesta pesquisa, foi possível concluir que o desafio de fomentar e potencializar as políticas públicas para alcançar o exercício da dignidade menstrual nas escolas brasileiras é urgente. É necessário que o país assuma um compromisso relacionado à erradicação da precariedade menstrual, tanto no plano nacional como internacional, por meio da criação e do fortalecimento de políticas públicas direcionadas ao cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta seara.

Discutir os desafios e os modos de enfrentamento a tal temática pressupõe uma ação conjugada e, em especial, uma aposta no tempo atual e para os tempos que virão, com foco na superação das desigualdades e na justiça social. Para isso, é fundamental a ampliação da interlocução entre gestão pública e movimentos sociais e outros setores da sociedade, para contribuir com um debate público que fortaleça os fundamentos e o entendimento de que o direito à saúde menstrual, sua legislação e políticas públicas são medidas para a consolidação dos direitos humanos e um caminho para uma sociedade menos desigual e mais justa.

Devido às lacunas que ainda permeiam essa discussão que é recente, recomenda-se que pesquisas sobre políticas e iniciativas de enfrentamento à precariedade menstrual nas escolas brasileiras sejam contínuas.

REFERÊNCIAS

ABSORVENDO, o tabu (**Period. End of Sentence**). Direção: Rayka Zehtabchi. Coprodução, edição e projeção de som: Sam Davis. Netflix, 2018. 1 DVD (26 min).

ALEXANDER, Kelly. *et al.* Do water, sanitation and hygiene conditions in primary schools consistently support schoolgirls' menstrual needs? A longitudinal study in rural western Kenya. **International journal of environmental research and public health**, v. 15, n. 8, p. 1682, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30087298/>. Acesso em: 08 out. 2023.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. (org.). **Cartografar é habitar um território existencial**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 01, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ARIZA-RUIZ, Liany; ESPINOSA-MENÉNDEZ, María; RODRÍGUEZ-HERNÁNDEZ, Jorge. Desafios de la menstruación en niñas y adolescentes de comunidades rurales del pacífico colombiano. **Revista de Salud pública**, v. 19, p. 833-841, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rsap.V19n6.71741>. Acesso em: 20 jul. 2023

ASSAD, Beatriz Flügel. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**, v. 2, n. 1, p. 140-160, 2021. Disponível em: <https://antinomias.com.br/index.php/revista/article/view/21>. Acesso em: 20 jan. 2023

AZEVEDO, Maria Regina Domingues de. **Influências dos fatores individuais e sócio-culturais na ocorrência da síndrome pré-menstrual (SPM) em adolescentes**. 2005. Tese (Doutorado em Pediatria) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5141/tde-04012006-093943/pt-br.php>. Acesso em: 02 fev. 2023

BAHIA, Letícia *et al.* **Livre para Menstruar**: pobreza menstrual e a educação de meninas. São Paulo: Girl Up. 2021. Disponível em: <https://movimentomulher360.com.br/wp-content/uploads/2021/10/LivreParaMenstruar-Pobreza-menstrual-e-a-educac%CC%A7a%CC%83o-de-meninas.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BALLESTRIN, Luciana. **Feminismo de(s)colonial como feminismo subalterno Latino-Americano**. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, p. e75304, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/WPTw4nyMwFQVLmBzhjHf8Jb/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. (org.). **A estabilidade inaceitável**: desigualdade e pobreza no Brasil. 1. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2001.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. *In*:

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia & DA ESCÓSSIA, Liliana (org.). **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BERGER, Mirim. Germany has slashed its tax on tampons. Many other countries still tax them as ‘luxury’ items. **The Washington Post**. 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2019/11/09/germany-has-slashed-its-tax-tampons-many-other-countries-still-tax-them-luxury-items/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral. In: SILVA, Maria Liduína Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez 2016.

BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia Hill. (org.). **Intersectionality**. Cambridge, UK: Polity, 2016.

BOBEL, Chris. (org.). **New blood: Third-wave feminism and the politics of menstruation**. 1 ed. 1. New Brunswick, Nova Jersey, EUA: Rutgers University Press, 2010.

BOBEL, Chris. (org.). **The Managed Body: Developing Girls and Menstrual Health in the Global South**. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019.

BOBEL, Chris; FAHS, Breanne. From bloodless respectability to radical menstrual embodiment: Shifting menstrual politics from private to public. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 45, n. 4, p. 955-983, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342059166_From_Bloodless_Respectability_to_Radical_Menstrual_Embodiment_Shifting_Menstrual_Politics_from_Private_to_Public. Acesso em: 07 ago. de 2023.

BORGES, Fábio Mariano. (org.). **Taxa Rosa e a Construção do Gênero Feminino no Consumo**. Ed. 1. São Paulo: ESPM, 2017.

BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (org.). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015 -PeNSE 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares: Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.968 de 2019**. Institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas que ofertam anos finais de ensino fundamental e ensino médio. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2219676>. Acesso em: 04 ago. de 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.968/2021**. Dispõe sobre a distribuição de absorventes higiênicos entre os insumos dispensados no âmbito da assistência farmacêutica

integral prestada pelo Sistema Único de Saúde. Disponível em:
<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9010712&ts=1645204867012&disposition=inline>. Acesso em: 04 de ago. 2023.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023**. Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Disponível em:
https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/9307/1/DEC_PR_2023_11432.pdf. Acesso em: 04 ago. 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria interministerial MS/MM/MJSP/MDS/MEC/MDHC Nº 729, de 13 de junho de 2023**. Dispõe sobre a implementação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual. Disponível em:
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/pri0729_19_06_2023.html. Acesso em: 04 ago. 2023.

BRASIL, Trata. **O Saneamento e a vida da mulher brasileira 2022**. São Paulo: Instituto Trata Brasil. 2022. Disponível em:
https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Relatorio_Completo_-_2022.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRIDI, Giulia Wolff. **Ativismo transnacional sobre pobreza menstrual: o dia internacional da higiene menstrual**. 2023. 118 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Departamento De Economia E Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/248100>. Acesso em: 25 out. 2023.

BUTLER, Judith. (org.). **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 2018.

CARDOSO, Lauren *et al.* Period poverty and mental health implications among college-aged women in the United States. **BMC women's health**, v. 21, n. 1, p. 1-7, 2021. Disponível em:
<https://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12905-020-01149-5>. Acesso em: 29 jun. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa *et al.* (org.). **Direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQI: inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente**. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.

CASTILLO-MUÑOZ, Andrea de Lourdes.; MORA-GUERRERO, Glória. ¿Pensar el cuerpo femenino como diálogo de saberes?. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 1, p. e65893, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n165893>. Acesso em: 11 fev. 2023.

CAVALCANTE, Isabela; SANTOS, Vitor. A Pobreza Menstrual como fator impeditivo na promoção de uma Educação de qualidade no Brasil. **Juventude. br**, v. 20, n. 1, 2022.

Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/256/234>. Acesso em: 03 out. 2023.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. **Serviço Social & Sociedade**, p. 290-307, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.179>. Acesso em: 03 jul. 2023.

CIMADAMORE, Alberto; CATTANI, Antonio David. (org.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. 1. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: **Feminist legal theories**. Routledge, 2013. p. 23-51. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CRICHTON, Joanna *et al.* Emotional and Psychosocial Aspects of Menstrual Poverty in Resource-Poor Settings: A Qualitative Study of the Experiences of Adolescent Girls in an Informal Settlement in Nairobi. **Health care for women international**, v. 34, n. 10, p. 891-916, 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23570366/>. Acesso em: 02 mar. 2023.

CORREA, Ezra Elyon de Oliveira. **UMA CARTOGRAFIA DOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE JUNTO À MILITÂNCIA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE NATAL-RN**. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/26531/1/Cartografiaprocessosprodução_Correa_2018.pdf. Acesso em: 25 set. 2023.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DEBRA, Merskin. New blood: third-wave feminism and the politics of menstruation. **Contemporary Sociology: a journal of reviews**, v. 40, n. 4, p. 435-437, jul. 2011. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094306111412516g>. Acesso em: 28 mar. 2023.

DEJOURS, Christopher. Por um novo conceito de saúde. **Rev. bras. Saúde ocup.**, 14(54) :7-11, 1986.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (org.). **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. 34. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. V. 4.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução Luiz Orlandi; Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DE OLIVEIRA, Marilda Oliveira; MOSSI, Cristian Poletti. Cartografia como estratégia

metodológica: inflexões para pesquisas em educação. **Revista Conjectura**, v. 19, p. 185-198, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/236118337.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. (org.). **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone (org.). **Esperança feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DUGAND, Adriana Gaviria; MENEZES, Thaynara Carinhonha de. Diversidade cultural, redução da pobreza e empoderamento feminino: desafios dos PTC em comunidades indígenas no Brasil e na América Latina. **Anais**, p. 1-21, 2019.

DUSSEL, Enrique (org.). **Para una erótica latinoamericana**. 1. ed. Caracas: Fundación Editorial El perro y La rana, 2007.

ELIAS, Norbert (org.). **El proceso de la civilización. Investigaciones Sociogenéticas psicogenéticas**. 1. ed. México: FCE, 1994.

FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes. O desejo de mundo: um olhar sobre a clínica. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, p. 29-34, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822004000300004>. Acesso em: 9 out. 2023.

FELITTI, Karina. El ciclo menstrual en el siglo XXI. Entre el mercado, la ecología y el poder femenino. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, p. 175-208, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.22.08.a>. Acesso em: 04. abr. 2023.

FERNÁNDEZ, Olguín. Los tabúes de la menarquia: un acercamiento a la vivencia de jóvenes escolares chilenas. **Revista de Psicología**, v. 21, n. 1, p. 7-29, 2012. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/264/26423189001.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2023.

FERNÁNDEZ-MARTÍNEZ, Elia *et al.* Absenteeism during menstruation among nursing students in Spain. **International journal of environmental research and public health**, v. 17, n. 1, p. 53, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/599852>. Acesso em: 07 abr. 2023.

GOON, Daniel T. *et al.* Growth status and menarcheal age among adolescent school girls in Wannune, Benue State, Nigeria. **BMC pediatrics**, v. 10, n. 1, p. 1-6, 2010. Disponível em: <https://bmcpediatr.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2431-10-60>. Acesso em: 05 abr. 2023.

GUILLO, Miren. La in-corporación de la investigación: políticas de la menstruación y cuerpos (re) productivos. **Revista Nómadas**, n. 39, p. 233245, oct. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0121-75502013000200016&lng=en&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 30 mar. 2023.

HA, Md Abu Tal; ALAM, Md Zakiul. Menstrual hygiene management practice among adolescent girls: an urban-rural comparative study in Rajshahi division, Bangladesh. **BMC Women's Health**, v. 22, n. 1, p. 86, 2022. Disponível em:

<https://link.springer.com/article/10.1186/s12905-022-01665-6>. Acesso em: 14 ago. 2023.

HALL, Stuart. (org.). **Representation: Cultural representations and signifying practices**. Sage, 1997.

HENNEGAN, Julie *et al.* Menstrual health: a definition for policy, practice, and research. **Sexual and Reproductive Health Matters**, v. 29, n. 1, p. 31-38, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8098749/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

HIDALGO, Jorge; CASTRO, Nelson. “Gênero, etnicidad, poder e historia indígena en Chile”. *In*: STUVEN, Ana María; FERNANDOIS, Joaquín. **Historia de las mujeres en Chile**. Tomo I. Chile: Editorial Taurus, 2010, p. 83-122.

HOLMES, Kathryn *et al.* Adolescent menstrual health literacy in low, middle and high-income countries: a narrative review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 5, p. 2260, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33668788/>. Acesso em: 02 dez. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela *et al.* A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, v. 2, n. 3, p. 09-32, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 21, p. 117-140, 2008.

JEWITT, Sarah; RYLEY, Harriet. It’s a girl thing: Menstruation, school attendance, spatial mobility and wider gender inequalities in Kenya. **Geoforum**, v. 56, p. 137-147, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016718514001638>. Acesso em: 17 ago. 2023.

JOSHI, Deepa *et al.* **Menstrual hygiene management: education and empowerment for girls?** *Waterlines*, v. 34, n.1, p. 5167, jan. 2015. Disponível em: <https://pureportal.coventry.ac.uk/en/publications/menstrual-hygiene-management-education-and-empowerment-for-girls>. Acesso em: 17 ago. 2023.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 15–22, jan. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/8rWQrJSBTg7w8zTV47svGTq/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 12 jul. 2023.

KUMBENI, Maxwell Tii *et al.* Prevalence and factors associated with menstruation-related school absenteeism among adolescent girls in rural northern Ghana. **BMC Women's Health**, v. 21, n. 1, p. 1-6, 2021. Disponível em: <https://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12905-021-01418-x>. Acesso em: 20 ago. 2023.

LEÃO, Mateus *et al.* **Projeto de Lei n. 4.002**. Dispõe sobre o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas municipais de São Sepé. São Sepé: Câmara dos Vereadores, 29 jul. 2021. Disponível em: https://www.saosepe.rs.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Lei_n_4_002_de_28_7_2021.pdf.

Acesso em: 09 jul. 2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100005>. Acesso em: 14 abr. 2023.

MANICA, Daniela Tonelli. **Supressão da menstruação: ginecologistas e laboratórios farmacêuticos re-apresentando natureza e cultura**. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009. Disponível em: <https://cteme.files.wordpress.com/2009/06/manicadanielatonelli.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2023.

MEHJABEEN, Deena *et al.* A Qualitative Content Analysis of Rural and Urban School Students' Menstruation-Related Questions in Bangladesh. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 16, p. 10140, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/19/16/10140>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MIIRO, George *et al.* Menstrual health and school absenteeism among adolescent girls in Uganda (MENISCUS): a feasibility study. **BMC women's health**, v. 18, p. 1-13, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s12905-017-0502-z>. Acesso em: 23 ago. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, p. 7-23, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/1999.v4n1/7-23/pt/>. Acesso em: 09 ago. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O. GOMES. R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, p. 270-287, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200004>. Acesso em: 05 out. 2023.

MONTECINO, Sonia. (org.). **Mujeres de la tierra**. Santiago do Chile: Ediciones CEM, 1984.

MORAIS, Janaina de Araujo. **Portal Vermelho: uma etnografia sobre corpo, gênero, sangue, emoções e experiências**. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13739>. Acesso em: 09 fev. 2023.

MOREIRA, Virginia Palmeira. **"Pronto, agora já sou moça": valores, crenças e saberes que envolvem a menstruação**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de

Campina Grande, Campina Grande, 2013. Disponível em:
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1605>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MOREIRA, Virginia Palmeira. Menstruação: discursos e práticas que são elaborados sobre o próprio corpo. **Resumos do XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia**. Recife, 2011. Disponível em:
<http://www.sistemasmart.com.br/Alas/exibeConteudo.asp?Lingua=&IdMenuExterno=2>. Acesso em: 8 abr. 2023.

MOTTA, Maria Carolina Carvalho; BRITO, Mariana Alves Peixoto da Rocha. Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes. **Confluências Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 24, n. 1, p. 33-54, 2022. Disponível em:
<https://doi.org/10.22409/conflu.v24i1.53627>. Acesso em: 09 nov. 2022.

MOZZATTO, Natália Rosa; FARIA, Josiane Petry. Da pobreza menstrual: uma análise a partir de Amartya Sen. **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 7, n. 2, p. 81-96, 2022. Disponível em:
<https://www.indexlaw.org/index.php/revistaddsus/article/view/8407>. Acesso em: 09 nov. 2022.

NERI, Marcelo. **Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Internacionais**. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2022. Disponível em:
https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-Inseguranca-Alimentar-no-Brasil_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf. Acesso em: 5 fev. 2023.

NERIS, Brenda Borba dos Santos. Políticas fiscais e desigualdade de gênero: análise da tributação incidente nos absorventes femininos. **Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade (FIDES)**, Natal, v. 11, n. 2, 2020. Disponível em:
<http://revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/533>. Acesso em: 18 abr. 2023.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. (org). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**, v. 1, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. (org.). **Política social: temas & questões**. Cortez, 2008.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 21, p. 445-454, 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/civitas/a/h7rvGvv5gNPpkm7MjMG6D5c/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PFEIL, Cello Latini; PFEIL, Bruno Latini. Uma abordagem decolonial sobre a prática de inscrições corporais na modernidade/colonialidade. **READ-Revista de Estudos Anarquistas e Decoloniais**, v. 2, n. 2. v. 2 n. 2, p. 1-37, 2022. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/read/article/viewFile/52652/29145>. Acesso em: 14 abr. 2023.

QUEIROZ, Nana (org.). **Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres-tratadas como homens-nas prisões brasileiras**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

REHAN, Syeda Tayyaba; UL HUSSAIN, Hassan; HASAN, Mohammad Mehedi. Serious absenteeism amongst Pakistani school and university girls during menstruation: Is this a

neglected threat to already deteriorating girls' education in the country?. **The Lancet Regional Health-Southeast Asia**, v. 7, 2022. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lansea/article/PIIS2772-3682\(22\)00088-9/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lansea/article/PIIS2772-3682(22)00088-9/fulltext). Acesso em: 12 jun. 2023.

RIBEIRO, Djamila (org.). **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

RIBEIRO, Cristine Jaques. (org.) **Cartografias caboclas**. Pelotas: Educat, 2008.

RODRÍGUEZ, Maribel Blázquez; GALLARDO, Eva Bolaños. Aportes a una antropología feminista de la salud: el estudio del ciclo menstrual. **Salud colectiva**, v. 13, p. 253-265, 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/scol/2017.v13n2/253-265>. Acesso em: 29 mar. 2023.

ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. (org.) **Micropolítica: cartografias do desejo**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

ROLNIK, Suely. (org.) **Cartografia sentimental**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ROSÁRIO, Nísia Martins. (org.). **Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

SALA, Núria Calafell. Menstruación decolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. Rev. Estud. Fem., 2020 28(1), 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n157907>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SARDENBERG, Cecília. De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. **Estudos feministas**, p. 314-344, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Acesso em: 08 mar. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SHAH, Vishna *et al.* Effects of menstrual health and hygiene on school absenteeism and drop-out among adolescent girls in rural Gambia. **International journal of environmental research and public health**, v. 19, n. 6, p. 3337, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/19/6/3337>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SHARMA, Shantanu *et al.* Menstrual hygiene preparedness among schools in India: A systematic review and meta-analysis of system-and policy-level actions. **International journal of environmental research and public health**, v. 17, n. 2, p. 647, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31963862/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SHIRAISHI, Leticia Sayuri *et al.* Pobreza Menstrual e Políticas Públicas no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 2, p. 10715-10729, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/43943>. Acesso em: 08 out. 2022.

SOMMER, Marni *et al.* A comparison of the menstruation and education experiences of girls in Tanzania, Ghana, Cambodia and Ethiopia. **Compare: A Journal of Comparative and**

International Education, v. 45, n. 4, p. 589-609, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03057925.2013.871399>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SOMMER, Marni *et al.* Comfortably, safely, and without shame: defining menstrual hygiene management as a public health issue. **American journal of public health**, v. 105, n. 7, p. 1302-1311, 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4463372/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

SOMMER, Marni *et al.* Managing menstruation in the workplace: an overlooked issue in low-and middle-income countries. **International journal for equity in health**, v. 15, n. 1, p. 1-5, 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4895811/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SOUSA, Elaine Pereira de. **Sangrar é político: diálogos acerca da pobreza menstrual na vida de meninas pretas e pardas**. Orientadora: Maria Cristina Piana. 2022. Trabalho de conclusão (bacharelado – Serviço Social). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/6e921508-8144-497a-af82-48d4c8c114d4/content>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (org.). **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TANTON, Clare *et al.* Menstrual characteristics, menstrual anxiety and school attendance among adolescents in Uganda: a longitudinal study. **BMC Women's Health**, v. 21, n. 1, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12905-021-01544-6>. Acesso em: 06 jul. 2023.

TARZIBACHI, Eugenia. (org.). **Cosa de mujeres**. Menstruación, género y poder. Caba: Sudamericana, 2017. V. 1.

UNFPA *et al.* **Estado da arte para promoção da dignidade menstrual: avanços, desafios e potencialidades**. 2022. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/mapeamento_diginidade_mestruual_final.pdf. Acesso em 23 nov. 2023.

UNICEF *et al.* **WASH in Schools for Girls E-Course Increasing national capacity to conduct research on menstrual hygiene management in schools**. 2015. Disponível em: <http://www.wins4girls.org/resources/2015%2011%20UNICEF%20Emory%20e-Course%20Guidance%20for%20assessing%20MHM%20in%20schools.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023

UNICEF *et al.* **Guidance on menstrual health and hygiene**. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/91341/file/UNICEF-Guidance-menstrual-health-hygiene-2019.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023

UNICEF; UNFPA. **Relatório Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdades e Violações de Direitos**. 2021. Disponível em: www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

VÁSQUEZ, Carolina Ramírez. (org.). **Educación Menstrual Emancipadora**. 1. ed. Medellín: Proyecto de la Secretaría de las Mujeres de la Alcaldía de Medellín, 2022.

VIEIRA, Elisabeth Meloni (org.). **A Medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

VIGISAN (Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional). **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede Bras. de Pesq. em Sob. Alim. e Nut. 2022. <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2023

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e pobreza. **Revista Katálysis**, v. 13, p. 153-154, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000200001>. Acesso em: 12 fev. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUADRO 1: ROTEIRO DE TRABALHO DO GRUPO FOCAL

I. INÍCIO
<p>i. Apresentação da moderadora.</p> <p>ii. Apresentação das alunas.</p> <p>iii. Apresentação dos objetivos da investigação e da escolha dos integrantes do grupo focal.</p> <p>iv. Divulgação das formas de registro do trabalho, bem como do anonimato dos envolvidos e preenchimento do termo de consentimento livre e esclarecido.</p> <p>v. A proposta do grupo focal e a duração aproximada do encontro.</p> <p>vi. Defender a ideia de um debate, com o envolvimento de todos.</p> <p>vii. Informar que o encontro terá duração de cerca de 1 hora.</p>
II. DESENVOLVIMENTO
<p>1. Quando eu falo em menstruação, o que sentem?</p> <p>2. Vocês conversam sobre menstruação? O que costumam falar?</p> <p>2.1. E os professores?</p> <p>2.2. A família?</p> <p>3. Na opinião de vocês, o que contribui para que o período menstrual seja confortável e o que</p>

pode impedir?

4. Existe algo de negativo e de positivo em menstruar? O quê?

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

i. Informar aos integrantes que a discussão está se aproximando do final.

ii. Solicitar que exponham comentários ou observações de algo particular que se relacione com a temática da discussão, e que não estava na pauta do roteiro, mas que eles gostariam de abordar.

iii. Agradecimentos pela participação.

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL SEMIESTRUTURADA
PARA ALUNAS**

- 1 – Qual a sua idade?
- 2 – Você possui uma residência? Em ambiente rural ou urbano?
- 3 – Sua residência possui banheiro, saneamento básico e/ou água potável?
- 4 – Como você descreve o seu acesso a produtos de higiene menstrual, tais como absorventes?
- 5 – Na sua concepção, como é menstruar na escola?
- 6 – Você teve aulas na escola sobre menstruação? Se sim, conte como foi? Se não, o que você pensa sobre isso?
- 7 – Você já deixou de frequentar a escola durante o período menstrual? Se sim, gostaria de falar o(s) motivo(s)?
- 8 – Para você, as políticas sociais de combate à precariedade/pobreza menstrual ajudam estudantes que menstruam a se manterem na escola? Como?

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL SEMIESTRUTURADA
PARA PROFESSORAS**

- 1 – Qual a sua formação? Durante a sua formação, você teve contato com questões relacionadas à menstruação?
- 2 – Nos últimos três anos frequentou alguma formação específica na área de educação em sexualidade e/ou gênero que abordasse questões relativas à menstruação?
- 3 – Alguma vez já abordou o assunto na sala de aula? Como foi?
- 4 – Na sua opinião, qual a maior dificuldade em abordar o assunto na sala de aula?
- 5 – Para você, as políticas sociais de combate à precariedade/pobreza menstrual ajudam estudantes que menstruam a se manterem na escola? Como?

ANEXOS

ANEXO A – LEI MUNICIPAL Nº 4.002



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ

RIO GRANDE DO SUL
www.saosepe.rs.gov.br

LEI Nº 4.002, DE 28 DE JULHO DE 2021

Institui o Programa de Fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas municipais de São Sepé.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ, Estado do Rio Grande do Sul.
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de São Sepé o Programa Municipal de fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas municipais.

Art. 2º São objetivos deste Programa:

- I - Combater a precariedade menstrual;
- II - Promover a atenção integral à saúde da mulher e aos cuidados básicos decorrentes da menstruação;
- III - Garantir a universalização do acesso às estudantes carentes em situação de vulnerabilidade econômica aos absorventes higiênicos, durante o ciclo menstrual.
- IV- Proporcionar o acesso a produtos de higiene às estudantes das escolas municipais;
- V - Evitar que as estudantes se ausentem das aulas por falta de absorvente higiênico;
- VI - Prevenir doenças pelo uso prolongado do absorvente higiênico.

Art. 3º As ações de Programa de Fornecimento de absorventes higiênicos de que trata esta Lei consistem nas seguintes diretrizes básicas:

- I - Desenvolvimento de ações que visem ao desenvolvimento do pensamento livre de preconceito em torno da menstruação;
- II - Incentivo a palestras e cursos nos quais a menstruação seja abordada como um processo natural do corpo feminino, com vistas à proteção à saúde da mulher;
- III - Elaboração e distribuição de cartilhas e folhetos explicativos que abordem o tema da menstruação, objetivando ampliar o conhecimento e desmistificar a questão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ

RIO GRANDE DO SUL
www.saosepe.rs.gov.br

IV – Disponibilização de absorventes as alunas da rede municipal de ensino.

Art. 4º As ações descritas no art. 3º poderão ser realizadas pelo Poder Público, por instituições de ensino, entidades representativas de classe e pelas organizações da sociedade civil isoladamente ou em parceria.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente a Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de julho de 2021.

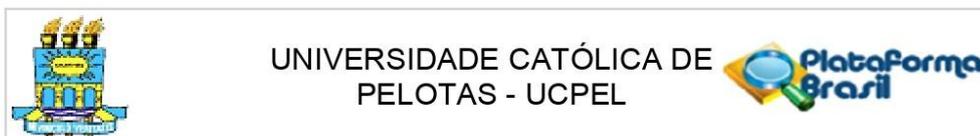

JOÃO LUIZ DOS SANTOS VARGAS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.


GABRIEL PACHECO LEÃO
Diretor Geral do Escritório de Governo

*Publicado no Mural Oficial,
conforme Lei nº 3.303, de 20.4.2012,
em 28/07/2021.
Sandro M. Z*

ANEXO B – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 6.135.820

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

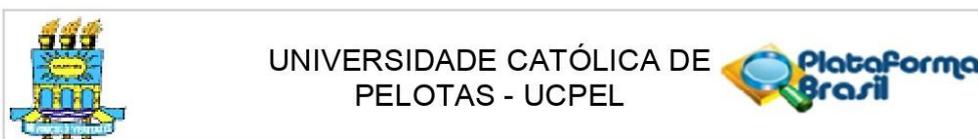
Compreendendo que a pesquisa não apresenta impasses éticos, podendo ser encaminhado para aprovação do CEP/UCPEL.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2145025.pdf	06/06/2023 19:23:25		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA.pdf	06/06/2023 19:22:49	YASMIN OLIVEIRA COSTA	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_INDIVIDUAL_PROFESSORAS.pdf	06/06/2023 19:19:54	YASMIN OLIVEIRA COSTA	Aceito
Outros	ENTREVISTA_INDIVIDUAL_ALUNAS.pdf	06/06/2023 19:19:36	YASMIN OLIVEIRA COSTA	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_TRABALHO_DO_GRUPO_FOCAL.pdf	06/06/2023 19:18:41	YASMIN OLIVEIRA COSTA	Aceito
Outros	CARTA_APRESENT_AMBIENTE_EXTERNO.pdf	06/06/2023 19:18:12	YASMIN OLIVEIRA COSTA	Aceito
Outros	GRAVACAO_DE_VOZ.pdf	06/06/2023 19:17:17	YASMIN OLIVEIRA COSTA	Aceito
Outros	CV_CRISTINE.pdf	06/06/2023 19:13:10	YASMIN OLIVEIRA COSTA	Aceito
Outros	CV_YASMIN.pdf	06/06/2023 19:12:37	YASMIN OLIVEIRA COSTA	Aceito
Outros	apresentacao_cep_ucpel.pdf	06/06/2023 19:11:33	YASMIN OLIVEIRA COSTA	Aceito
Outros	TERMO_DE_RETAGUARDA.pdf	06/06/2023 19:10:18	YASMIN OLIVEIRA COSTA	Aceito
Outros	TALE.pdf	06/06/2023 19:09:32	YASMIN OLIVEIRA COSTA	Aceito
Orçamento	_ORCAMENTO_.pdf	06/06/2023 19:08:13	YASMIN OLIVEIRA COSTA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_conhecimento_resp_do_local_realizacao_pesq.pdf	06/06/2023 19:07:30	YASMIN OLIVEIRA COSTA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	06/06/2023 19:06:39	YASMIN OLIVEIRA COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE.pdf	06/06/2023 19:06:21	YASMIN OLIVEIRA COSTA	Aceito

Endereço: Rua Felix da Cunha, 412
Bairro: Centro **CEP:** 96.010-000
UF: RS **Município:** PELOTAS
Telefone: (53)2128-8050 **Fax:** (53)2128-8298 **E-mail:** cep@ucpel.edu.br



Continuação do Parecer: 6.135.820

Ausência	TCLE.pdf	06/06/2023 19:06:21	YASMIN OLIVEIRA COSTA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	06/06/2023 19:05:55	YASMIN OLIVEIRA COSTA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PELOTAS, 22 de Junho de 2023

Assinado por:
GABRIELE CORDENONZI GHISLENI
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Felix da Cunha, 412
Bairro: Centro **CEP:** 96.010-000
UF: RS **Município:** PELOTAS
Telefone: (53)2128-8050 **Fax:** (53)2128-8298 **E-mail:** cep@ucpel.edu.br